



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997



Pró-Reitoria de Ensino – PROEN

Setor de Ciências Sociais Aplicadas – SESA/I

Departamento de Ciências Contábeis – DECIC/I

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	3
2. COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO - NDE	3
3. ATOS LEGAIS DE REGULAÇÃO	4
4. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	5
4.1. Apresentação (contextualização da área de conhecimento).....	5
4.2. Objetivos do curso.....	5
4.3. Justificativa.....	6
4.4. Histórico do curso.....	10
4.5. Perfil desejado do profissional.....	10
4.6. Campos de atuação.....	11
4.7. Formas de avaliação do processo de ensino e aprendizagem.....	13
4.8. Mecanismos de avaliação do curso e institucional.....	14
4.9. Estratégias para articulação com o mundo do trabalho.....	15
4.10. Acompanhamento do egresso.....	20
4.11. Concepções do curso (somente para EaD).....	21
5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	22
5.1. Matriz curricular – Currículo Pleno.....	22
5.2. Matriz operacional.....	24
5.3. Categorização de disciplinas do currículo pleno.....	25
5.4. Ementário/bibliografia.....	26
5.5. Equivalência de disciplinas.....	66
5.6. Atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação.....	67
5.7. Ensino a distância.....	69
5.8. Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino e aprendizagem.....	70
5.9. Trabalho de conclusão de curso - TCC.....	70
5.10. Formatação do estágio obrigatório.....	70
5.11. Formatação do estágio não obrigatório.....	71
5.12. Atendimento à legislação em vigor para a graduação.....	72
6. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO	73
7. INFRAESTRUTURA	75
7.1. Recursos humanos.....	75
7.2. Recursos físicos e estruturais.....	76
7.3. Atenção aos discentes e docentes.....	79
8. ANEXOS	79

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LOCAL DE OFERTA E ÓRGÃOS DE VINCULAÇÃO DO CURSO

CAMPUS UNIVERSITÁRIO/POLOS: IRATI

SETOR DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – SESA/I

DEPARTAMENTO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS – DECIC/I

GRAU ACADÊMICO:	<input checked="" type="checkbox"/> Bacharelado <input type="checkbox"/> Licenciatura <input type="checkbox"/> Segunda Licenciatura <input type="checkbox"/> Curso Superior de Tecnologia <input type="checkbox"/> Formação específica da profissão (_____)	
MODALIDADE DE OFERTA:	<input checked="" type="checkbox"/> Presencial	<input type="checkbox"/> A Distância
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	<input type="checkbox"/> Matutino <input type="checkbox"/> Vespertino <input checked="" type="checkbox"/> Noturno <input type="checkbox"/> Integral	
PREVISÃO DE AULAS AOS SÁBADOS DE FORMA REGULAR:	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
REGIME DE MATRÍCULA:	<input checked="" type="checkbox"/> Seriado anual <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas semestrais	
INTEGRALIZAÇÃO:	Mínimo: 4 anos	Máximo: 7 anos
ANO DA PRIMEIRA OFERTA: 2022		
NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS: 40 Vagas		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (EM HORAS RELÓGIO): 3.373 horas		

2. COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO - NDE

Nº DA PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:	Portaria nº 1-SESA/I/UNICENTRO, de 10 de fevereiro de 2021.
MEMBROS DO NDE: Prof. ^a Dr. ^a Ana Léa Macohon Klosowski Prof. Dr. Edelcio José Stroparo Prof. Dr. Edson Roberto Macohon Prof. Dr. Flávio Ribeiro Prof. ^a Dr. ^a Marinês Taffarel Prof. Ms. Roberto Marcos Navarro Prof. Dr. Willson Gerigk	

3. ATOS LEGAIS DE REGULAÇÃO

3.1. CRIAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DO CURSO			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Resolução de Criação	COU/UNICENTRO	033/2001	26/11/2001
Decreto de Autorização	Governo Federal	90.994	26/02/1985
3.2. RECONHECIMENTO DO CURSO			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Parecer	CEE/PR	055/94	18/04/1994
Portaria	Governo Federal	1.175	11/08/1994
Prazo do Reconhecimento: ___ anos		Vigência: de ___/___/___ a ___/___/___	
3.3. RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Parecer	CEE/PR	055/16	19/05/2016
Decreto	Governo/PR	4.908	26/08/2016
Prazo da Renovação: 4 anos		Vigência: de 27/07/2016 a 26/07/2020	
3.4. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO (MEC/CNE)			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Parecer	CNE/CES	269	16/09/2004
Resolução	CNE/CES	10	16/12/2004
3.5. LEGISLAÇÃO REGULADORA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL			
Ato Legal/Órgão	Número	Data	Ementa
Decreto-Lei/Presidência da República	9.295	27/05/1946	Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências.
Resolução/CFC	560	28/10/1983	Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946.

4. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

4.1. APRESENTAÇÃO

O ensino da contabilidade é abordado além de um sistema de informações aos usuários, mensuração e avaliação de resultados econômicos e financeiros. O curso considera a contabilidade como parte de práticas sociais mais amplas. Assim, o corpo discente é instigado à reflexão crítica da realidade social e à pesquisa científica no campo da ciência contábil.

Embora estude o patrimônio das entidades, a contabilidade não é caracterizada como uma esfera autônoma das atividades organizacionais. De forma racional, a contabilidade é considerada como parte de uma série complexa de contextos político, econômico e organizacional.

Concomitantemente, as generalizações e as interpretações de significados são discutidas no decorrer do curso. Assim, busca-se compreender a previsibilidade causal das variáveis organizacionais e sociais, bem como, analisar as relações sociais e suas influências no comportamento das entidades.

As transformações sociais têm apresentado novas demandas de mercado, que exigem além da formação específica em contabilidade. O atual mercado de trabalho requer profissionais de contabilidade com atitude proativa, que incentivem o compartilhamento do conhecimento e de ampla visão organizacional e estratégica.

Assim, a reformulação curricular propõe-se a este objetivo, por meio das discussões reflexivas de professores e alunos sobre a atual conjuntura da contabilidade como estrutura social com objetivo do desenvolvimento das entidades.

4.2. OBJETIVOS DO CURSO

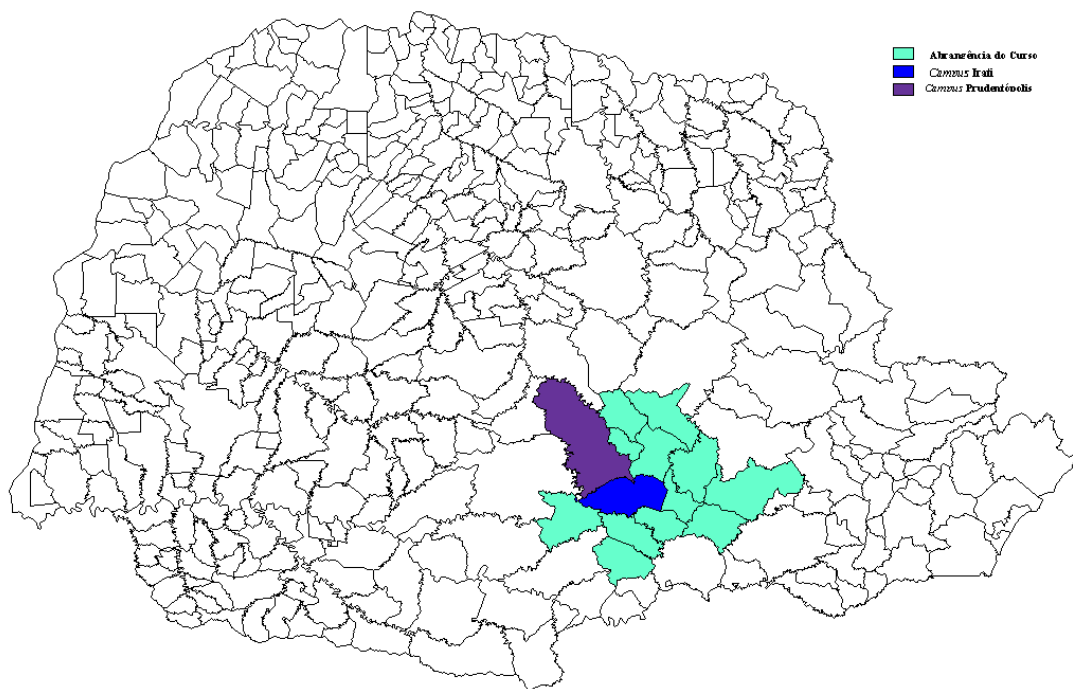
- 1) Formar profissionais com sólidos conhecimentos teóricos, inclusive da legislação inerente à prática contábil, e domínio de métodos quantitativos.
- 2) Incentivar a pesquisa e a extensão como indissociáveis e interdependentes do ensino e como instrumento para a iniciação científica.
- 3) Propiciar visão sistêmica, estratégica e interdisciplinar da ciência contábil.
- 4) Formar profissionais empreendedores e intraempreendedores, capazes de atender os anseios da sociedade em que está inserido de forma ética e sustentável econômica, social e ambientalmente.
- 5) Desenvolver profissionais com capacidade crítico analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

4.3. JUSTIFICATIVA

O curso de graduação em Ciência Contábeis, na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), é ofertado, ininterruptamente, nos municípios de Irati e Prudentópolis, desde os anos de 1985 e 1999, respectivamente.

Atualmente o curso está consolidado na região centro-sul do estado do Paraná, além desses dois municípios, alcança mais doze: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Ivaí, Mallet, Palmeira, Rebouças, Rio Azul, São João do Triunfo e Teixeira Soares, conforme se observa na Figura 1.

FIGURA 1: ABRANGÊNCIA DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



FONTE: DECIC/I (2016).

A população total dos quatorze municípios de abrangência do curso, era de 282.546 pessoas em 2010 passou a ser de 300.079 pessoas, segundo estimativa do IBGE. No município de Irati a população cresceu pouco mais de 6,2%, de 2010 para 2012; em Prudentópolis esse aumentou ficou em torno de 5,7%; contando todos os municípios de alcance do curso o crescimento populacional estimado ficou em 6,2% (Quadro 1).

QUADRO 1: POPULAÇÃO ATINGIDA PELO CURSO

Municípios	População	
	2010	2015 (*)
Irati	56.207	59.708
Prudentópolis	48.792	51.567
Fernandes Pinheiro	5.932	5.954
Guamiranga	7.900	8.484
Imbituva	28.455	31.055
Inácio Martins	10.943	11.307
Ipiranga	14.150	14.978
Ivaí	12.815	13.628
Mallet	12.973	13.567
Palmeira	32.123	33.753
Rebouças	14.176	14.869
Rio Azul	14.093	15.014
São João do Triunfo	13.704	14.700
Teixeira Soares	10.283	11.495
Total...	282.546	300.079

FONTE: IBGE (2010, 2015)

(*) População estimada

A população ocupada alcançada pelo curso de Ciências Contábeis, apresentada no Quadro 2, evidencia evolução constantemente de 2006 para 2010, e, deste para 2013. Em geral a população ocupada de 2010 a 2013 registrou crescimento de 9,9%. Nos dois municípios sede do curso, Irati e Prudentópolis, o aumento apresentado foi de 7,5% e de 18,5%, respectivamente, entre esses dois períodos.

QUADRO 2: POPULAÇÃO OCUPADA – 2006, 2010 E 2013

Municípios	População Ocupada - Total		
	2006	2010	2013
Irati	10.434	13.082	14.065
Prudentópolis	5.408	6.721	7.969
Fernandes Pinheiro	625	698	783
Guamiranga	601	799	927
Imbituva	5.061	6.505	7.177
Inácio Martins	1.259	1.253	1.400
Ipiranga	1.488	1.752	1.827
Ivaí	1.133	1.567	1.680
Mallet	1.825	2.310	2.690
Palmeira	5.546	7.002	7.484
Rebouças	1.716	1.828	2.037
Rio Azul	1.475	1.727	1.875
São João do Triunfo	990	1.068	1.000
Teixeira Soares	1.073	1.142	1.245
Total.....	38.634	47.454	52.159

FONTE: IBGE (2006, 2010, 2013)

Os dados sobre a população ocupada mostram que o curso de Ciências Contábeis está inserido em um ambiente em que a população em condições de trabalho se mantém crescendo. O aumento da força de trabalho exige das pessoas maior qualificação e preparo para continuarem ativas no mercado, bem como, pode despertar o interesse por novas áreas de atuação ou mesmo melhorar suas condições onde estão atuando. Certamente, a qualificação profissional de um curso de nível superior é essencial para essas finalidades.

O número de matrículas no Ensino Médio, considerando os municípios de circunscrição do curso de Ciências Contábeis (Irati e Prudentópolis), é apresentado no Quadro 3.

QUADRO 3: NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO – 2013 E 2014

Municípios	Matrículas Ensino Médio(*)		
	2013	2014	Variação
Irati	3.025	3.051	0,86%
Prudentópolis	2.526	2.490	-1,43%
Fernandes Pinheiro	294	276	-6,12%
Guamiranga	480	462	-3,75%
Imbituva	1.299	1.262	-2,85%
Inácio Martins	515	554	7,57%
Ipiranga	618	647	4,69%
Ivaí	693	631	-8,95%
Mallet	547	561	2,56%
Palmeira	1.855	1.793	-3,34%
Rebouças	837	701	-16,25%
Rio Azul	676	654	-3,25%
São João do Triunfo	608	595	-2,14%
Teixeira Soares	378	397	5,03%
Total	16.364	16.088	-1,69%

FONTE: INEP (2013, 2014)
 (*) Inclui Ensino Médio e o EJA

A quantidade de alunos matriculados no ensino médio nos referidos municípios, apresentou estabilidade, registrando pequena retração de 2013 para 2014, passando de 16.364 alunos matriculados para 16.088, respectivamente. Indicando que o contingente de possíveis novos acadêmicos na região na apresenta retrações significativas.

A atividade empresarial vem se mantendo estável em entre os municípios alcançados pelo curso. Em 2010 havia 10.614 empresas em funcionamento nos 14 municípios, no ano de 2013 esse montante passou a ser de 10.215 empresas (Quadro 4).

QUADRO 4: QUANTIDADE DE EMPRESAS – 2006, 2010 E 2013

Municípios	Empresas		
	2006	2010	2013
Irati	1.671	1.908	1.923
Prudentópolis	1.084	1.359	1.335
Fernandes Pinheiro	94	138	118
Guamiranga	125	180	170
Imbituva	776	1.000	955
Inácio Martins	226	267	272
Ipiranga	377	352	358
Ivaí	189	259	230
Mallet	396	451	436
Palmeira	1.218	1.347	1.136
Rebouças	411	456	470
Rio Azul	291	356	334
São João do Triunfo	234	301	211
Teixeira Soares	172	230	254
Total.....	9.270	10.614	10.215

FONTE: IBGE (2006, 2010, 2013)

Essa realidade empresarial carece de mão de obra qualificada, em especial do contador, que tem a capacidade de fornecer dados econômicos e financeiros para as empresas, seus proprietários, seus clientes e fornecedores, entre outros usuários das informações contábeis, auxiliando de forma primordial a tomada de decisões dentro das organizações, com a finalidade de mantê-las em constante evolução, tanto nos aspectos econômico-financeiros como nos sociais.

O Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios que formam a área de atuação

do curso, conforme se observa no Quadro 5, aumentou constantemente de 2005 a 2013. Evidenciando que a atividade econômica está evoluindo na região.

QUADRO 5: PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL – 2005, 2010 E 2013

Municípios	PIB Municipal (*)		
	2005	2010	2013
Irati	750.352	1.102.669	1.548.601
Prudentópolis	439.407	711.191	952.166
Fernandes Pinheiro	85.124	93.641	144.914
Guamiranga	73.261	168.677	190.723
Imbituva	306.304	492.588	654.854
Inácio Martins	311.170	132.843	155.775
Ipiranga	176.499	336.109	431.471
Ivaí	123.444	278.632	289.131
Mallet	185.288	360.233	466.267
Palmeira	532.591	792.949	1.025.542
Rebouças	149.113	231.187	331.791
Rio Azul	189.405	334.851	413.689
São João do Triunfo	130.228	306.876	343.392
Teixeira Soares	141.129	172.450	278.144
Total	3.593.316	5.514.897	7.226.460
Variação.....	-----	53,48%	31,04%

FONTE: IBGE (2005, 2010, 2013)

(*) Valores em mil R\$ e atualizados pelo INPC/IBGE para dez/2015

O PIB total dos 14 municípios cresceu 53,48% de 2005 para 2010, passando de 3,59 bilhões de reais para 5,51 bilhões de reais. No ano de 2013, o PIB total registrado foi de 7,22 bilhões de reais, o que representou um incremento de 31,04% sobre o contabilizado em 2010.

Por fim, abordar-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), dos municípios em que o curso tem acadêmicos. Os dados do Quando 6 mostram que de forma generalizada os IDHM evoluiu perenemente de 1991 a 2010.

Atualmente, entre os municípios abordados nenhum deles figura nos estratos Muito Baixo (até 0,499) e Baixo (entre 0,500 e 0,599), do IDHM. Onze dos quatorze municípios encontram-se no estrato Médio – entre 0,600 e 0,699: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Ivaí, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, São João do Triunfo e Teixeira Soares. E os outros três figuram no estrato Alto – entre 0,700 e 0,799: Irati, Mallet e Palmeira.

QUADRO 6: IDHM – 1991, 2000 E 2010

Municípios	IDHM		
	1991	2000	2010
Irati	0,459	0,617	0,726
Prudentópolis	0,390	0,544	0,676
Fernandes Pinheiro	0,333	0,526	0,645
Guamiranga	0,361	0,511	0,669
Imbituva	0,395	0,540	0,660
Inácio Martins	0,326	0,491	0,600
Ipiranga	0,335	0,519	0,652
Ivaí	0,366	0,536	0,651
Mallet	0,424	0,575	0,708
Palmeira	0,484	0,629	0,718
Rebouças	0,383	0,559	0,672
Rio Azul	0,392	0,538	0,687
São João do Triunfo	0,325	0,503	0,629
Teixeira Soares	0,409	0,575	0,671

FONTE: IBGE (1991, 2000, 2010)

Neste contexto, o curso de Ciências Contábeis, da Universidade Estadual do Centro-Oestes, *Campus* de Irati, observando atentamente o mercado de trabalho do

contador e as características e peculiaridades da sua região de abrangência, busca adequar seu Plano Pedagógico Curricular, com o objetivo de continuar a formar profissionais altamente qualificados com capacidade de reflexão, iniciativa, decisões rápidas e eficientes, em razão das exigências sociais e econômicas, de forma a melhor atender aos anseios da sociedade local em que está inserido, bem como, colocar no mercado profissionais prontos para analisar os cenários e utilizar os conhecimentos adquiridos de forma crítica, ética e socialmente responsável.

4.4. HISTÓRICO DO CURSO

O curso de graduação em Ciências Contábeis do *Campus* universitário de Irati – UNICENTRO é reconhecido pela Portaria n. 1.175 do Ministério da Educação e do Desporto, de 11 de agosto de 1994. Ofertado ininterruptamente desde 1985, no *Campus* de Irati e desde 1999 no *Campus* Avançado de Prudentópolis.

A primeira turma do curso formou-se em 1989, e, dessa data até 2017 o curso contabilizou 30 turmas formadas em Irati e 16 em Prudentópolis. Até o ano de 2001 o curso era desenvolvido em 5 anos, os ingressantes de 2002 passaram a cursá-lo no prazo de 4 anos, prazo esse que se mantém até a presente data.

Nesse período de 32 anos que o curso é ofertado em Irati, 857 profissionais concluíram o bacharelado e tem atuado nas mais diversas áreas, tanto da iniciativa privada como do setor público. Em Prudentópolis, nestes quase 20 anos de atuação, o número de formados foi de 273 bacharéis em Ciências Contábeis. Atualmente, o curso conta com 286 acadêmicos matriculados, sendo 156 no *Campus* de Irati e 130 no *Campus* Avançado de Prudentópolis.

Assim, na busca pela continuidade e permanente qualidade, a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis se assenta na necessidade de adequação às novas realidades do mercado de trabalho, ao atualizar os conteúdos de formação dos profissionais da área contábil, que se mostram imprescindíveis ao cotidiano organizacional, além de sua elevada contribuição ao desenvolvimento local.

4.5. PERFIL DESEJADO DO PROFISSIONAL

A exigência do mercado de trabalho em relação à qualificação dos profissionais da área contábil vem aumentando significativamente, tendo em vista as funções assumidas pelo contador.

O mercado exige dos profissionais da área contábil um conhecimento que transcende o processo específico pronto para o tecnicismo; busca-se um profissional com competências para entender o negócio, visando orientar o gestor e participar das decisões de forma consciente. O progresso econômico requer profissionais mais qualificados para atuarem nas entidades. Assim, faz-se necessário oferecer formação adequada aos contadores para atender a demanda da sociedade.

Em consonância com a Resolução CNE/CES 10/2004 do Ministério da Educação, busca-se preparar os profissionais da área contábil na compreensão de questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras em âmbito nacional e internacional nos diferentes modelos organizacionais. Proporcionando domínio pleno das responsabilidades funcionais, correlatas às atividades de apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de

informações financeiras, econômicas e governamentais com plena utilização de inovações tecnológicas, bem como, a capacidade crítico analítica, quanto a implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Portanto, em busca da transparência das informações contábeis busca-se formar profissionais capazes de gerir, produzir e analisar de forma crítica as informações contábeis, assim como, participar ativamente do processo de gestão das organizações sejam elas empresas públicas, privadas ou do terceiro setor.

4.6. CAMPOS DE ATUAÇÃO

A implementação do novo Projeto Pedagógico está em conformidade com a formação sugerida pelo *International Federation Accountants* (IFAC), pelos pronunciamentos do *International Accounting Education Standards Board* (IAESB) e pelas exigências legais e governamentais.

A motivação de alteração do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis está centrada nas condições atuais estruturais e humanas que possui um corpo docente estruturado e qualificado, bem como as recentes mudanças dos padrões contábeis brasileiros em convergência com os padrões internacionais. Além disso, essas alterações estão fundamentadas na Resolução nº6, de 10 de março de 2004 e a Resolução CNE/CES nº 10 de 16 de dezembro de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.

a) a prática profissional

O bacharel em Ciências Contábeis tem sua profissão regulamentada pelo **Decreto-lei nº 9295/46** e alterações pela **Lei 12.249/2010- Institui o Exame de Suficiência na área Contábil** e suas atribuições definidas pela **Resolução nº 560/83** e alterações realizadas pela **Resolução 898/01** do Conselho Federal de Contabilidade.

A atuação do profissional far-se-á nas seguintes condições: profissional autônomo; sócio de empresa ou escritório prestador de serviços técnicos de contabilidade, auditoria e consultorias; funcionário responsável pelas áreas de contabilidade, auditoria interna, controladoria e orçamento financeiro, consultoria fiscal-tributária, custos e planejamento gerencial e análise das demonstrações contábeis de entidades públicas ou particulares.

O contador pode atuar, também, no assessoramento tributário-fiscal às pessoas físicas, em perícias contábeis judiciais ou extrajudiciais, em avaliações de bens patrimoniais, em casos de constituição, incorporação, cisão, fusão ou liquidação de empresas e no magistério superior.

b) a formação técnica

O Curso de Ciências Contábeis tem como objetivos específicos propiciar ao aluno sólidos conhecimentos em contabilidade nas suas diversas especificações, tais como: teoria e pesquisa contábil, contabilidade comercial, industrial, agroindustrial, e pública; auditoria e análise contábil; controle e tomada de decisões. Conhecimentos estes,

atualizados e adequados às evoluções do mundo moderno dos negócios.

Necessária também é a formação do aluno nas áreas mais diretamente relacionadas com a empresa, ora enunciadas: o Direito, em seu ramo público e privado, tributário, trabalhista e com relação à legislação atualizada; a Economia, em seus estudos introdutórios, micro e macroeconômicos; a Administração, em seus estudos de teoria geral, organizacional, mercadológica e financeira.

Sendo a Contabilidade um ramo das Ciências Sociais Aplicadas, torna-se necessária uma fundamentação humanística através de estudos de Sociologia, História e Economia, por meio dos quais o aluno consiga compreender a importância da Contabilidade, sua evolução e interação com a sociedade no contexto do mundo moderno.

É indispensável ao aluno do Curso de Ciências Contábeis uma capacidade rápida de cálculo, visto que na avaliação e mensuração do patrimônio, é uma qualificação necessária para que tenha condições de apresentar resultados corretos e adequados às necessidades empresariais, assim como o entendimento e formação básica de informática.

c) a articulação entre teoria e prática

A estrutura curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNICENTRO, *Campus* Universitário de Irati, procura contemplar os fundamentos científicos e históricos do conhecimento da contabilidade com a execução prática nos diversos segmentos de atividade que o bacharel em Ciências Contábeis pode atuar.

d) a interdisciplinaridade

O Curso de Ciências Contábeis da tem a preocupação que os conteúdos oferecidos estejam perfeitamente afinados com as necessidades da profissão de bacharel em Ciências Contábeis, não somente os pertinentes as áreas de interesse ou fim do Curso, como também, abordagens indiretamente relacionadas como das áreas econômicas, administrativas e, também das humanas. A interdisciplinaridade na materializa-se com a oferta de turmas e/ou vagas nas disciplinas optativas de temas variados: Tópicos em Economia, Tópicos em Administração e Tópicos em Contabilidade para todos os discentes.

Abordagens extracurriculares são importantes para contemplar temas emergentes e relevantes como globalização, responsabilidade social, ética e meio ambiente, despertando uma postura crítica e uma visão sistêmica do desenvolvimento ou transformação da sociedade tanto nos aspectos econômicos quanto sociais e culturais.

e) a formação ética e a função social do profissional.

O Curso de Ciências Contábeis, objetiva qualificar profissionais com habilidades e competências para desempenhar suas atividades com responsabilidade, ética e proficiência que lhe são atribuídas pela legislação e exigidas pelo mercado e sociedade.

Para tanto, não basta apenas o desenvolvimento de atributos na formação do profissional da área contábil ou de atuação, mas também conteúdos e ações que contribuam para a formação de profissionais qualificados, com postura responsável, e

comprometidos com o interesse e necessidades sociais.

As abordagens extracurriculares são consideradas importantes, principalmente quando se aborda temas emergentes, como globalização, responsabilidade social, ética e meio ambiente, de forma a desenvolver uma visão crítica, consequente e afinada com as preocupações básicas do momento atual no Brasil e no mundo.

4.7. FORMAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Carga horária

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007 Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2 DE JULHO DE 2007 - Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências.

Processo de Avaliação de Ensino Aprendizagem

O Curso de Ciências Contábeis enfatiza métodos ativos de aprendizagem, instigando a participação contínua e engajada de todos, trabalhando individualmente e em grupos, e permitindo a absorção e o domínio de conceitos e aplicações práticas. São utilizadas preleções, exercícios, estudos de caso, seminários, debates, estudos dirigidos, trabalhos de campo e outros processos interativos que levem o grupo a atuar.

O sistema de avaliação do curso segue a lógica da metodologia de ensino-aprendizagem do curso, e envolve tanto instrumentos de avaliação formativa contínua, como discussão de casos, apresentação de seminários, relatórios de estudos dirigidos e trabalhos de campo, participação em debates e provas escritas, quanto avaliação final, na forma de uma prova escrita. A avaliação do estudante no curso é realizada da seguinte forma:

1) Avaliação do Estudante: A avaliação da aprendizagem é feita por disciplina/atividade curricular abrangendo simultaneamente os aspectos de frequência e de aproveitamento.

2) Reprovação por Faltas: A frequência às atividades escolares é obrigatória, respeitados o turno e o horário previstos para a disciplina, considerando-se reprovado por falta, independente do aproveitamento escolar, o aluno que não tiver comprovada sua participação em pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das aulas.

3) Aproveitamento Escolar. A avaliação do aproveitamento escolar nas disciplinas/atividades curriculares é feita mediante dois ou mais instrumentos de avaliação parcial e, eventualmente, um exame final.

4.8. MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO E INSTITUCIONAL

A avaliação pressupõe um processo que visa ao aperfeiçoamento e à transformação qualitativa e permanente da Universidade, em função da sua missão, dos seus princípios, valores e objetivos institucionais. O processo de autoavaliação constitui-se em um movimento de valorização e qualificação das políticas públicas. A autoavaliação é, por sua natureza, o processo que propicia segurança institucional na operacionalização das micropolíticas institucionais, tanto no que se refere às ações de planejamento quanto de prestação de contas à sociedade, o que se reflete nas macropolíticas, consolidando a autonomia e a responsabilidade institucional perante a sociedade.

Nesse sentido, o curso de Ciências Contábeis, do Campus de Irati e do Avançado de Prudentópolis, utilizará o Programa Permanente de Avaliação Institucional (PAI), da UNICENTRO, como mecanismo de avaliação.

O Programa Permanente de Avaliação Institucional – PAI, da UNICENTRO, desde 2004 norteia o processo avaliativo interno, e por meio dos resultados obtidos nos exercícios avaliativos, prospecta ações e desenvolve o planejamento estratégico de nossa universidade. Sendo assim, a UNICENTRO desenvolve um trabalho avaliativo legítimo, orientado em suas ações pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, na esfera consultiva e deliberativa, e pela Diretoria de Avaliação Institucional – DIRAI, na esfera executiva.

A metodologia utilizada para os exercícios autoavaliativos da UNICENTRO, consiste, inicialmente, em obedecer o mesmo calendário do Ciclo Avaliativo estabelecido pelo Ministério da Educação, das grandes áreas do conhecimento, sendo:

- ANO I : “Ciclo VERDE” – Bacharelados nas áreas de Saúde, Agrárias e áreas afins; CST dos eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança;

- ANO II: “Ciclo AZUL” – Bacharelados nas áreas de Ciências Exatas e áreas afins; Licenciaturas; CST dos eixos tecnológicos Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura e Produção Industrial;

- ANO III: “Ciclo VERMELHO” – Bacharelados nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e áreas afins; CST dos eixos tecnológicos Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer e Produção Cultural e Desing.

Portanto, os cursos da UNICENTRO são avaliados trienalmente, igualmente estabelecido pelo calendário aplicado, também, ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE. Este modelo adotado pela CPA demonstrou-se, nos últimos anos, de maior aderência que o modelo anterior, no qual todos os cursos participavam do exercício, independente do ciclo no qual estavam inseridos.

No ano do ciclo ao qual o curso é pertencente, pela metodologia proposta, o Departamento Pedagógico responsável por ele realiza três etapas avaliativas, sendo:

- A Avaliação Perceptiva, por meio de questionários construídos pelo próprio Departamento, que são aplicados aos docentes e acadêmicos. Estes instrumentos visam avaliar as condições gerais da oferta do curso;

- A Avaliação por meio do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, Licenciatura, Bacharelado e Tecnólogo, Presencial e EAD – do Sistema Estadual de Avaliação do Ensino Superior – SEAES. Esta etapa consiste em realizar a autoavaliação por meio do, preferencialmente, Núcleo Docente Estruturante – NDE que analisa e pondera as dimensões contidas no instrumento, e aplica conceitos, de 1 a 5, para cada item de cada dimensão.

- a Avaliação de Recursos Humanos, que consiste na ponderação, por meio de cálculo contido no Programa Permanente de Avaliação Institucional, da titulação e

do regime de trabalho dos docentes do curso.

Realizadas estas três etapas, é então calculado o Conceito Final do Curso, numa escala de 1 a 5, onde: 1 – Muito Precário; 2 – Precário; 3 – Satisfatório; 4 – Bom; 5 – Muito Bom. Ainda, na fragmentação e interpretação da escala em conceitos, utiliza-se a tabela abaixo:

Conceito	Intervalos Conceituais
Totalmente Satisfatório	4.44 - 5.0
Satisfatório para Totalmente Satisfatório	3.87 - 4.43
Satisfatório	3.30 - 3.86
Regular para Satisfatório	2.73 - 3.29
Regular	2.16 - 2.72
Insatisfatório para Regular	1.59 - 2.15
Insatisfatório	1.02 - 1.58
Totalmente Insatisfatório para Insatisfatório	0.57 - 1.01
Totalmente Insatisfatório	0 - 0.56

Nos últimos anos, a UNICENTRO vem consolidando a sua posição de excelência junto à sociedade, corroborada pelos resultados obtidos nas avaliações externas e nas avaliações internas. Isso se comprova uma vez que os conceitos obtidos no IGC – Índice Geral de Cursos, do Ministério da Educação, são muito próximos dos resultados avaliativos internos, ou seja, conceitos satisfatórios para as duas avaliações.

4.9. ESTRATÉGIAS PARA ARTICULAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO

As competências e habilidades requeridas do profissional graduado em Ciências Contábeis estão alinhadas ao disposto no art. 4º, da Resolução nº 10, de 16 de dezembro de 2004, publicada pelo Conselho Nacional de Educação e deve contemplar pelo menos os seguintes itens:

I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;

II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;

III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;

IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;

V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;

VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação

de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;

VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;

VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Adicionalmente aos itens ora apresentados, o curso pretende desenvolver competências e habilidades alinhadas às Normas Internacionais de Educação (IES) publicadas pelo International Federation of Accountants (IFAC) por meio do International Accounting Education Standard Boards (IAESB). Especificamente mencionadas e adaptadas com base nos pronunciamentos IES2 (2015), IES3 (2015) e IES4 (2015) que tratam respectivamente das *competências técnicas; *competências profissionais; e *valores profissionais, ética e atitudes.

Quanto às competências e habilidades técnicas:

a) Contabilidade financeira e elaboração de relatórios

- aplicar os princípios de contabilidade para transações e outros eventos;
- aplicar as normas constantes no Internacional Financial Reporting Standards (IFRS) e/ou outras normas pertinentes para transações e outros eventos;
- avaliar a adequação das políticas contábeis utilizadas para preparar as demonstrações financeiras; preparar as demonstrações financeiras, incluindo relatórios consolidados em conformidade com as IFRS e/ou outros padrões relevantes;
- interpretar as demonstrações financeiras e divulgações afins;
- interpretar relatórios que incluem informações não-financeiras, por exemplo, relatórios de sustentabilidade e relatórios integrados.

b) Contabilidade Gerencial

- aplicar técnicas gerenciais de apoio à tomada de decisão, incluindo custeio de produto, análise de variância, gerenciamento de inventários e ativos e orçamentos e previsões;
- aplicar técnicas quantitativas adequadas para analisar o comportamento e os direcionadores de custos;
- analisar dados financeiros e não financeiros para fornecer informações relevantes para a gestão;
- preparar relatórios gerenciais de apoio tomada de decisão, incluindo informações sobre, planejamento e orçamento, gestão de custos, controle de qualidade, medição e avaliação de desempenho e benchmarking;
- avaliar o desempenho dos produtos e segmentos de negócio;

c) Finanças e Gestão Financeira

- comparar as várias fontes de financiamento disponível para uma organização, incluindo bancos de financiamento, instituições financeiras, mercados de ações, dentre outros;
- analisar o fluxo de caixa e o capital de giro de uma organização;
- analisar a posição financeira atual e futura de uma organização, usando técnicas como análise de correlação, análise de tendências e análise de fluxo de caixa;
- avaliar a adequação dos componentes utilizados para calcular o custo de capital de uma organização;
- aplicar técnicas de orçamento de capital na avaliação das decisões de investimento de capital.
- analisar a gestão financeira à luz dos ativos, mercado e métodos de avaliação utilizados para investimentos, tomada de decisões, planejamento estratégico e gestão financeira.

d) Tributação

- compreender o sistema fiscal e seu relacionamento com as organizações;
- preparar cálculos de impostos diretos e indiretos para indivíduos e organizações;
- analisar as questões de tributação associados à complexas transações internacionais;
- explicar as diferenças entre o planejamento tributário, evasão fiscal e elisão fiscal.

e) Auditoria

- descrever os objetivos e etapas envolvidas na realização de uma auditoria de demonstrações financeiras;
- aplicar as normas de auditoria relevantes (por exemplo, as Normas Internacionais de Auditoria), e as leis e regulamentos aplicáveis a auditoria das demonstrações financeiras;
- avaliar os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras e considerar o impacto sobre a estratégia de auditoria;
- aplicar métodos quantitativos que são usados em trabalhos de auditoria;
- explicar os elementos-chave de garantia e compromissos e normas aplicáveis que são relevantes para tais compromissos.

f) Governança, Gestão de Risco e Controle Interno

- explicar os princípios da boa governança, incluindo os direitos e responsabilidades de proprietários, investidores, e os responsáveis pela governança;
- explicar a função das pessoas interessadas na gestão, divulgação e requisitos de transparência;
- analisar os componentes de governança de uma organização (framework);
- analisar os riscos e oportunidades de uma organização utilizando uma estrutura de gerenciamento do risco;
- analisar os componentes do controle interno relacionados com a informação financeira.

g) Leis inerentes ao negócio e regulações

- explicar as leis e regulamentos que regem as diferentes formas de entidades legais;
- explicar as leis e regulamentos aplicáveis ao ambiente sob o qual os profissionais da contabilidade atuam.

h) Informação

- analisar a adequação das informações gerais de controles de tecnologia e aplicação de controles relevantes;
- explicar como a tecnologia da informação contribui para a análise de dados e para a tomada de decisão;
- usar a tecnologia da informação para apoiar a tomada de decisão através da análise dos negócios.

i) Ambiente organizacional

- descrever o ambiente em que um organização atua, incluindo princípios econômicos, jurídicos, políticos, sociais, técnicos, internacionais e influências culturais;
- analisar os aspectos do ambiente global que afetam o comércio internacional e as finanças;
- identificar as características da globalização, incluindo o papel das multinacionais, e-commerce, e mercados emergentes.

j) Economia

- descrever os princípios fundamentais da microeconomia e da macroeconomia;
- descrever o efeito das alterações nos indicadores macroeconômicos sobre a atividade empresarial;
- explicar os diferentes tipos de estrutura de mercado, incluindo concorrência perfeita, competição monopolista, monopólio, e oligopólio.

k) Planejamento estratégico e gerencial

- explicar as várias maneiras que as organizações podem ser desenhadas e estruturadas;
- explicar a finalidade e importância dos diferentes tipos de funções e áreas operacionais dentro das organizações;
- analisar os fatores externos e internos que podem influenciar a estratégia de uma organização;
- explicar os processos que podem ser utilizados para implementar a estratégia de uma organização;
- explicar como as teorias organizacionais e comportamentais podem ser utilizadas para melhorar o desempenho individual, de equipes de trabalho e da organização como um todo.

Quanto às habilidades profissionais:

- a) Intelectual** (refere-se à capacidade de um contador resolver problemas, tomar

decisões e exercer julgamento profissional)

- avaliar a informação a partir de uma variedade de fontes e perspectivas através da investigação, análise, e integração;
- aplicar julgamento profissional, incluindo identificação e avaliação de alternativas, para chegar a conclusões bem fundamentadas com base em fatos e todas as circunstâncias relevantes;
- identificar quando é apropriado consultar especialistas em outras áreas para resolver problemas e chegar a conclusões consistentes;
- aplicar o raciocínio, análise crítica e pensamento inovador para resolver problemas;
- recomendar soluções para problemas não-estruturados e multifacetados.

b) Interpessoal e comunicação (referem-se à capacidade de um contador trabalhar e interagir de forma eficaz com os outros)

- cooperação e interação do trabalho em equipe, quando do estabelecimento de metas organizacionais;
- comunicar de forma clara e concisa, quando da apresentação, discussão e elaboração de relatórios em situações formais e informais, tanto escrito como oralmente;
- demonstrar conhecimento da diversidade cultural e diferenças linguísticas em toda a comunicação;
- aplicar a escuta ativa e técnicas de entrevista eficazes;
- aplicar habilidades de negociação para chegar a soluções e acordos;
- aplicar as competências consultivas para minimizar ou resolver conflitos, resolver problemas e maximizar as oportunidades;
- apresentar ideias e influenciar os outros a prestar apoio e compromisso.

c) Pessoal (refere-se às atitudes pessoais e comportamento de um contador)

- demonstrar um compromisso por toda a vida para com a aprendizagem;
- aplicar o ceticismo profissional através de questionamentos críticos e avaliação;
- estabelecer padrões pessoais de monitoramento do desempenho pessoal, através de comentários e reflexões de outros indivíduos;
- gerir o tempo e recursos para atingir compromissos profissionais;
- antecipar os desafios e planejar potenciais soluções;
- aplicar uma mente aberta para novas oportunidades.

d) Organizacional (refere-se à capacidade de um contador em trabalhar de forma eficaz dentro de uma organização para obter melhores resultados tendo em vista as pessoas e os recursos disponíveis)

- assumir funções de acordo com práticas estabelecidas para atender prazos estabelecidos;
- comentar o próprio trabalho e o dos outros para determinar se estão em conformidade com os padrões de qualidade da organização;
- aplicar as habilidades de gestão de pessoas para motivar e desenvolver a equipe de trabalho;
- aplicar delegação de habilidades para cumprir atribuições;

- aplicar habilidades de liderança para influenciar os outros a trabalhar no sentido de atingimento de metas organizacionais;
- aplicar ferramentas e tecnologias apropriadas para aumentar a eficiência e eficácia e melhorar o processo de tomada de decisão.

Quanto aos valores profissionais, ética e atitudes:

a) Ceticismo e julgamento profissional

- aplicar uma mentalidade relacionada ao questionamento crítico para avaliar as informações financeiras e outras informações relevantes.
- identificar e avaliar alternativas razoáveis para chegar a conclusões bem fundamentadas com base em fatos e todas as circunstâncias relevantes.

b) Princípios éticos

- compreender a natureza dos princípios éticos;
- explicar as vantagens e desvantagens das abordagens contábeis e financeiras baseada em princípios éticos;
- identificar problemas éticos e determinar quando os princípios éticos são aplicáveis;
- analisar cursos alternativos de ação e determinar as consequências éticas destes;
- aplicar os princípios éticos fundamentais como integridade, objetividade, competência profissional e confidencialidade profissional para resolver dilemas éticos e determinar uma abordagem adequada;
- aplicar as exigências éticas relevantes para comportamento profissional em conformidade com padrões sociais, culturas e profissionais.

c) Compromisso com o interesse público

- explicar o papel da ética dentro da profissão e em relação ao conceito de responsabilidade social;
- explicar o papel da ética em relação aos negócios e boa governança;
- analisar a inter-relação de ética e as leis, incluindo a relação entre leis e regulamentos de interesse público;
- analisar as consequências do comportamento antiético para o indivíduo, para a profissão, e para o público.

4.10. ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O acompanhamento de egressos constitui-se em recurso fundamental à construção de indicadores e políticas que possibilitam o aprimoramento das ações institucionais, tanto acadêmicas quanto comunitárias e tem como objetivo aferir a expectativa dos egressos, bem como, monitorar suas inserções no mercado de trabalho, criando assim, mecanismos que possibilitem formas de planejamento contínuo às políticas de ensino praticadas pelo curso.

Com o apoio e orientações da Comissão Própria de Avaliação – CPA, na esfera consultiva e deliberativa, e da Diretoria de Avaliação Institucional – DIRAI, na esfera executiva, o curso objetiva especificamente com o acompanhamento dos egressos:

- manter um banco de dados com registros atualizados de alunos egressos;
- avaliar o desempenho do curso por meio do acompanhamento da vida profissi-

onal de seus egressos;

III. confrontar o perfil desejado de egresso do Projeto Pedagógico com o perfil efetivo deste já no mercado de trabalho; identificando, assim, a adequação do curso ao exercício profissional;

IV. acolher sugestões dos egressos acerca de encontros, palestras, oficinas e outras formas de capacitação e/ou atualização, bem como cursos de extensão e pós-graduação;

V. utilizar os dados coletados como uma fonte de auto-avaliação continuada para o curso e a Instituição.

Para realizar o acompanhamento dos egressos, o curso o de Ciências Contábeis, *Campus* de Irati, utilizará a metodologia, os instrumentos de coleta e a forma de tratamento e divulgação dos dados, normalmente empregados pela UNICENTRO para esta finalidade, bem como, irá interagir com os órgãos internos responsáveis pela pesquisa no intuito de contribuir e aprimorar os meios e instrumentos avaliativos.

4.11. CONCEPÇÕES DO CURSO (somente para EaD)

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1. MATRIZ CURRICULAR - CURRÍCULO PLENO

CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS (050/I – Noturno – Currículo: 2022)

SÉRIE	DEPTO.	DISCIPLINAS	AULAS/ SEMANA		C/H Total (h/a)	C/H Ext. (h/a)	C/H PCC (h/a)	C/H EaD (h/a)
			Teór.	Prát.				
1ª	DECIC/I	Contabilidade Introdutória	2	2	136			24
	DECIC/I	Direito Empresarial I	2	1	102			34
	DECIC/I	Economia	2	1	102			34
	DECIC/I	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade	2	-	68			12
	DECIC/I	Sistemas Contábeis I (1)	-	2	68			20
	DEMAT/I	Matemática Financeira	1	2	102			
	DEPSI/I	Psicologia Organizacional	2	-	68			
	DEADM/I	Administração Empresarial	3	-	102			
	DEHIS/I	Sociologia Aplicada às Organizações	2	-	68			
2ª	DECIC/I	Contabilidade de Custos	1	2	102			34
	DECIC/I	Contabilidade Empresarial	2	2	136			24
	DECIC/I	Direito Administrativo	2	-	68			12
	DECIC/I	Ética, Sustentabilidade e Meio Ambiente	1	1	68			12
	DECIC/I	Legislação Social e Trabalhista I	2	1	102			34
	DECIC/I	Sistemas Contábeis II (1)	-	3	102			34
	DEMAT/I	Estatística	1	1	68			
	DEADM/I	Gestão e Estratégia Empresarial	1	1	68			
----	Optativa (2)	1	1	68			12	
3ª	DECIC/I	Análise das Demonstrações Contábeis	1	2	102			34
	DECIC/I	Contabilidade Avançada	1	1	68			12
	DECIC/I	Contabilidade e Planejamento Tributário	1	2	102			34
	DECIC/I	Contabilidade Gerencial I	1	1	68			12
	DECIC/I	Contabilidade Orçamentária	1	2	102			34
	DECIC/I	Contabilidade Pública I	1	1	68			12
	DECIC/I	Direito Empresarial II	2	-	68			12
	DECIC/I	Direito Tributário	2	-	68			12
	DECIC/I	Estágio Supervisionado I (1)	1	2	102			34
----	Optativa (2)	1	1	68			12	
4ª	DECIC/I	Auditoria Contábil	1	1	68			12
	DECIC/I	Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	1	1	68			12
	DECIC/I	Contabilidade Gerencial II	1	1	68			12
	DECIC/I	Contabilidade Pública II	1	1	68			12
	DECIC/I	Contabilometria	1	2	102			34
	DECIC/I	Controladoria	1	2	102			34
	DECIC/I	Estágio Supervisionado II (1)	2	2	136			36
	DECIC/I	Perícia Contábil e Arbitragem	1	1	68			12
DECIC/I	Teoria da Contabilidade	2	-	68			12	
C/H Subtotal (horas-aula)			50	43	3162			670
C/H Subtotal (horas)					2635			558
OUTROS COMPONENTES CURRICULARES:								
Atividades de Curricularização da Extensão (horas)								340
Atividades Acadêmicas Complementares - AAC (horas)								200
Estágio Supervisionado Obrigatório (horas)								198
C/H Total (horas)								3373

(1) Laboratório de Práticas Contábeis (LPC) e LEPCONT.

(2) Para as disciplinas optativas departamentalizadas no DECIC/I há previsão de carga horária EaD (12 h/a).

DISCIPLINAS OPTATIVAS

CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS (050/I – Noturno – Currículo: 2022)

SÉRIE	DEPTO.	DISCIPLINAS	AULAS/ SEMANA		C/H Total (h/a)	C/H Ext. (h/a)	C/H PCC (h/a)	C/H EaD (h/a)
			Teór.	Prát.				
2ª	DECIC/I	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas	1	1	68			12
2ª	DECIC/I	Direito do Consumidor	1	1	68			12
2ª	DECIC/I	Economia Internacional e Comércio Exterior	1	1	68			12
2ª	DELET/I	Comunicação e Linguagem	1	1	68			
2ª	DELET/I	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	1	1	68			
2ª	DELET/I	Língua Inglesa	1	1	68			
2ª	DEMAT/	Raciocínio Lógico	1	1	68			
2ª	DECIC/I	Tecnologia da Informação	1	1	68			12
3ª	DECIC/I	Contabilidade no Terceiro Setor	1	1	68			12
3ª	DECIC/I	Contabilidade Social e Sustentabilidade	1	1	68			12
3ª	DECIC/I	Direito Ambiental	1	1	68			12
3ª	DECIC/I	Finanças Corporativas	1	1	68			12
3ª	DECIC/I	Jogos de Empresas	1	1	68			12
3ª	DECIC/I	Legislação Social e Trabalhista II	1	1	68			12
3ª	DECIC/I	Mercado de Capitais	1	1	68			12
3ª	DECIC/I	Tópicos Contemporâneos de Contabilidade	1	1	68			12

5.2. MATRIZ OPERACIONAL

CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS (050/I – Noturno – Currículo: 2019)

SÉRIE	PERÍODO DE OFERTA	DEPTO.	DISCIPLINAS/TURMAS	CURRÍCULO PLENO			C/H OPERACIONAL		
				AULA/SEMANA		C/H TOTAL	Teór.	Prát.	Total
				Teór.	Prát.				
1ª	Anual	DECIC/I	Contabilidade Introdutória	2	2	136	68	68	136
	Anual	DECIC/I	Direito Empresarial I	2	1	102	68	34	102
	Anual	DECIC/I	Economia	2	1	102	68	34	102
	Anual	DECIC/I	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade	2	-	68	68		68
	Anual	DECIC/I	Sistemas Contábeis I (turma A)	-	2	68		68	68
		DECIC/I	Sistemas Contábeis I (turma B)					68	68
	Anual	DEMAT/I	Matemática Financeira	1	2	102	34	68	102
	Anual	DEPSI/I	Psicologia Organizacional	2	-	68	68		68
	Anual	DEADM/I	Administração Empresarial	3	-	102	102		102
Anual	DEHIS/I	Sociologia Aplicada às Organizações	2	-	68	68		68	
2ª	Anual	DECIC/I	Contabilidade de Custos	1	2	102	34	68	102
	Anual	DECIC/I	Contabilidade Empresarial	2	2	136	68	68	136
	Anual	DECIC/I	Direito Administrativo	2	-	68	68		68
	Anual	DECIC/I	Ética, Sustentabilidade e Meio Ambiente	1	1	68	34	34	68
	Anual	DECIC/I	Legislação Social e Trabalhista I	2	1	102	68	34	102
	Anual	DECIC/I	Sistemas Contábeis II (turma A)		3	102	-	102	102
		DECIC/I	Sistemas Contábeis II (turma B)				-	102	102
	Anual	DEMAT/I	Estatística	1	1	68	34	34	68
	Anual	DEADM/I	Gestão e Estratégia Empresarial	1	1	68	34	34	68
	Anual	----	Optativa	1	1	34	34	34	68
3ª	Anual	DECIC/I	Análise das Demonstrações Contábeis	1	2	102	34	68	102
	Anual	DECIC/I	Contabilidade Avançada	1	1	68	34	34	68
	Anual	DECIC/I	Contabilidade e Planejamento Tributário	1	2	102	34	68	102
	Anual	DECIC/I	Contabilidade Gerencial I	1	1	68	34	34	68
	Anual	DECIC/I	Contabilidade Orçamentária	1	2	102	34	68	102
	Anual	DECIC/I	Contabilidade Pública I	1	1	68	34	34	68
	Anual	DECIC/I	Direito Empresarial II	2	-	68	68		68
	Anual	DECIC/I	Direito Tributário	2	-	68	68		68
	Anual	DECIC/I	Estágio Supervisionado I	1	2	102	34	68	102
		DECIC/I	Estágio Supervisionado I				34	68	102
Anual	----	Optativa	1	1	68	34	34	68	
4ª	Anual	DECIC/I	Auditoria Contábil	1	1	68	34	34	68
	Anual	DECIC/I	Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	1	1	68	34	34	68
	Anual	DECIC/I	Contabilidade Gerencial II	1	1	68	34	34	68
	Anual	DECIC/I	Contabilidade Pública II	1	1	68	34	34	68
	Anual	DECIC/I	Contabilometria	1	2	102	34	68	102
	Anual	DECIC/I	Controladoria	1	2	102	34	68	102
	Anual	DECIC/I	Estágio Supervisionado II (turma A)	2	2	136	68	68	136

	DECIC/I	Estágio Supervisionado II (turma B)				68	68	136
Anual	DECIC/I	Perícia Contábil e Arbitragem	1	1	68	34	34	68
Anual	DECIC/I	Teoria da Contabilidade	2	-	68	68		68
C/H Total (hora-aula) – Currículo Pleno					3162			
C/H Total (hora-aula) – Matriz Operacional						1802	1768	3570

5.3. CATEGORIZAÇÃO DE DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PLENO

Disciplinas obrigatórias destinadas ao núcleo de conteúdos de formação geral/básica		
Departamento	Disciplina	Carga horária
DEADM/I	Administração Empresarial	102 h/a
DECIC/I	Direito Empresarial I	102 h/a
DECIC/I	Economia	102 h/a
DECIC/I	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade	68 h/a
DEMAT/I	Matemática Financeira	102 h/a
DEHIS/I	Sociologia Aplicada às Organizações	68 h/a
DECIC/I	Direito Tributário	68 h/a
DECIC/I	Legislação Social e Trabalhista	102 h/a
DEMAT	Estatística	68 h/a
DEPSI/I	Psicologia Organizacional	68 h/a
DECIC/I	Direito Empresarial II	68 h/a
DEADM/I	Gestão e Estratégia Empresarial	68 h/a
DECIC/I	Direito Administrativo	68 h/a
Total Carga Horária		1.054 h/a

Disciplinas obrigatórias destinadas ao núcleo de conteúdos de formação profissional		
Departamento	Disciplina	Carga horária
DECIC/I	Contabilidade Introdutória	136 h/a
DECIC/I	Contabilidade de Custos	102 h/a
DECIC/I	Contabilidade Empresarial	136 h/a
DECIC/I	Ética, Sustentabilidade e Meio Ambiente	68 h/a
DECIC/I	Análise das Demonstrações Contábeis	102 h/a
DECIC/I	Contabilidade Avançada	68 h/a
DECIC/I	Contabilidade e Planejamento Tributário	102 h/a
DECIC/I	Contabilidade Gerencial I	68 h/a
DECIC/I	Contabilidade Orçamentária	102 h/a
DECIC/I	Perícia Contábil e Arbitragem	68 h/a
DECIC/I	Auditoria Contábil	68 h/a

DECIC/I	Contabilidade Gerencial II	68 h/a
DECIC/I	Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	68 h/a
DECIC/I	Contabilidade Pública I	68 h/a
DECIC/I	Contabilidade Pública II	68 h/a
DECIC/I	Contabilometria	102 h/a
DECIC/I	Controladoria	102 h/a
DECIC/I	Teoria da Contabilidade	68 h/a
	Total Carga Horária	1.564 h/a

Disciplinas obrigatórias destinadas ao núcleo de conteúdos de formação específica		
Departamento	Disciplina	Carga horária
DECIC/I	Sistemas Contábeis I	68 h/a
DECIC/I	Sistemas Contábeis II	102 h/a
DECIC/I	Estágio Supervisionado I	102 h/a
DECIC/I	Estágio Supervisionado II	136 h/a
DECIC/I	Optativa 2º ano	68 h/a
DECIC/I	Optativa 3º ano	68 h/a
	Total Carga Horária	544 h/a

5.4. EMENTÁRIO/BIBLIOGRAFIA

NOME DA DISCIPLINA: **ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL C/H 102**

Ementa: Administração: conceituação e características. Organizações: conceito e tipologias. As diversidades e as organizações: aspectos étnico-raciais, questões de gênero, discussões acerca do estatuto do idoso. Cultura e mudança organizacional: as diferenças culturais na evolução organizacional, as interrelações da cultura afro-brasileira e africana na constituição das organizações. Componentes estruturais das organizações. Processos organizacionais básicos. As relações funcionais entre administradores e contadores. Teorias organizacionais. Perspectiva multidimensional das organizações. Novas formas organizacionais. A responsabilidade social empresarial: processos de educação ambiental desenvolvidos pelas empresas.

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, I. Administração, teoria, processo e prática. São Paulo: Makron Books, 1994.

DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. Ed. 9. São Paulo: Editora Gaia, 2010.

LAYRARGUES, P. P. O desafio empresarial para a sustentabilidade e as oportunidades da educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B. (Org.). Cidadania e meio ambiente. Salvador: CRA, 2003. p. 95-110.

MASIERO, G. Administração de Empresas. São Paulo: Saraiva, 2012.

MAXIMIANO, A. C. A. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução

digital. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, R. C. (Org). Manual de gestão empresarial: conceitos e aplicações nas empresas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar

BULGACOV, S. (Org.). Manual de gestão empresarial. São Paulo: Atlas, 1999.

COELHO, M. A essência da administração: conceitos introdutórios. São Paulo: Saraiva, 2008.

KOETZ, L. S. Fundamentos de administração. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MAXIMIANO, A. C. Introdução à Administração. São Paulo: Atlas, 1995.

REIGOTA, M. O que é educação ambiental. São Paulo: Brasiliense, 2017.

ROBBINS, S. P. Administração: Mudanças e Perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2000.

SATO, M.; CARVALHO, I. Educação ambiental: pesquisa e desafios. Artmed Editora, 2009.

NOME DA DISCIPLINA: **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS C/H 102**

Ementa: Elementos fundamentais para análise de balanços: introdução, estruturas das Demonstrações Contábeis e padronização das Demonstrações Contábeis. Avaliação do Desempenho Empresarial: análise por meio de índices, análise vertical/horizontal. Tópicos especiais de análise de balanços. Análise da gestão de caixa: índices de prazo médio, análise do capital de giro, análise do fluxo de caixa. Análise da gestão do lucro: alavancagem financeira e as diversas taxas de retorno.

Bibliografia Básica

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e Análise de Balanços, um enfoque econômico-financeiro. (livro texto) 11 ed. São Paulo; Atlas, 2015.

FERRARI, E. L. Análise de balanços: teoria e 300 questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. Análise didática das demonstrações contábeis. São Paulo: Atlas, 2014.

MATARAZZO, D. C. Análise Financeira de Balanços. 7 ed. São Paulo, Atlas, 2010.

SÁ, A. L. Moderna análise de balanços ao alcance de todos. Curitiba, PR: Juruá, 2009

SILVA. J. P. Análise Financeira de Empresas. São Paulo: Atlas, 1990.

Bibliografia Complementar

ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. 6ª ed.. São Paulo: Atlas, 2012.

IUDICIBUS, S.. Análise de Balanços. 10 ed. São Paulo. Atlas, 2009.

MARION, J. C. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2002.

MORANTE, A. S. Análise das demonstrações financeiras: aspectos contábeis da demonstração de resultado e do balanço patrimonial. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, O. M. Estrutura e análise de balanços fácil. São Paulo: Saraiva, 1997.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. F. Administração financeira: corporate finance. São Paulo: Atlas, 2007.

VELTER, F.; MISSAGIA, L. R.. Contabilidade de custos e análise das demonstrações contábeis: Teoria e questões comentadas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

NOME DA DISCIPLINA: **AUDITORIA CONTÁBIL C/H 68**

Ementa: Conceitos básicos e normas profissionais de auditoria. Responsabilidades

legais do auditor. Normas de auditoria independente. Planejamento e programa de trabalho. Controle interno. Papéis de trabalho. Técnicas de auditoria aplicada às contas patrimoniais e de resultado. Relatórios e modelos de parecer de auditoria. Auditoria interna e externa.

Bibliografia Básica

CARVALHO, J. C. O. Auditoria geral e pública: teoria e questões comentadas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade. 2018. Disponíveis em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>.

CREPALDI, S. A. Auditoria contábil: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2016.

JUND, S. Auditoria: conceitos, normas, técnicas e procedimentos. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2007.

Bibliografia Complementar

ANDRADE FILHO, E. O. Auditoria de impostos e contribuições: IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, ICMS, IPI, ISS. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

AVALOS, J. M. A. Auditoria e gestão de riscos: inclui a lei sarbanes-oxley e o informe Coso. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARLIN, E. L. B. Manual de auditoria contábil. Curitiba: ZHC Consultores, 2001.

HOOG, W. A. Z.; CARLIN, E. L. B. Manual de auditoria contábil - teoria e prática - abordagem da auditoria nas sociedades limitadas e anônimas. 5. ed. rev. atual. Curitiba: Juruá, 2012.

HOOG, W. A. Z.; CARLIN, E. L. B. Manual de auditoria contábil das sociedades empresárias: de acordo com o novo Código Civil, Lei 10.406/2002. Curitiba, PR: Juruá, 2006.

IBRACON – Auditores Independentes do Brasil, disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues>

IUDÍCIBUS, S. et al. Manual de contabilidade societária. São Paulo: Atlas, 2010.

LINS, L. S. Auditoria: uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017

PEREZ JUNIOR, J. H. Auditoria de Demonstrações Contábeis: Normas e Procedimentos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NOME DA DISCIPLINA: **CONTABILIDADE APLICADA AO AGRONEGÓCIO C/H 68**

Ementa: Caracterização das propriedades e atividades rurais. Sustentabilidade e educação ambiental no agronegócio. A contabilidade no desenvolvimento das propriedades rurais. Contabilidade pecuária e agrícola. Contabilização das atividades rurais. Custo de produção. Depreciação, exaustão e amortização. Plano de contas e Demonstrações Contábeis. Leis, normas e tributação aplicáveis à atividade rural. Contratos de parceria. Agroindústria, associações e cooperativas.

Bibliografia Básica:

BATALHA, M. O. Gestão do agronegócio: textos selecionados. São Carlos: EDUFSCar, 2005.

BRASIL. ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. 3 ed. Brasília: MMA, DF, 2005.

CALLADO, A. A. C. (org.). Agronegócio. São Paulo: Atlas, 2011.

HUTCHISON, D. Educação ecológica: ideias sobre consciência ambiental. Porto

Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

LEFF, H. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARION, J. C. Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola, Contabilidade da Agropecuária, Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, N. C. Contabilidade do Agronegócio: Teoria e Prática. Curitiba: Juruá, 2010.

Bibliografia Complementar:

ALCÂNTARA, L. A.; SILVA, M, C, A.; NISHIJIMA, T. educação ambiental e os sistemas de gestão ambiental no desafio do desenvolvimento sustentável. v.5 nº 5, p. 734-740. Santa Maria, 2012.

ANCELES, P. E. S. Manual de Tributos da Atividade Rural. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BATALHA, M. O.; SOUZA FILHO, H. M. (orgs.). Agronegócio no Mercosul: uma agenda para o desenvolvimento. São Paulo: Atlas, 2009.

FERREIRA, A. C. S. Contabilidade Ambiental: Uma Informação para o Desenvolvimento Sustentável. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOURA CARVALHO, I. C. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. Cortez Editora, 2017.

REIGOTA, M. O que é educação ambiental. São Paulo: Brasiliense, 2017.

SANTOS, G. J., et al., Administração de Custos na Agropecuária. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, P. L. Tributação do Imposto de Renda sobre a atividade rural das pessoas físicas e jurídicas. 1 ed. Porto Alegre: Paixão editores, 2013. 130 p.

YOUNG, L. H. B. Atividade Rural: Aspectos Contábeis e Tributários. Curitiba: Juruá, 2009.

NOME DA DISCIPLINA: **CONTABILIDADE AVANÇADA C/H 68**

Ementa: Demonstração do Valor Adicionado. Avaliação de investimentos: método da equivalência patrimonial e de custo. Consolidação das Demonstrações Contábeis. Aspectos contábeis nas fusões, incorporações e cisões. Conversão de demonstrações contábeis para moedas estrangeiras. Aspectos contábeis nas importações e exportações. Benefícios a empregados.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, M. C. Contabilidade avançada: textos, exemplos e exercícios resolvidos. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

IUDÍCIBUS, S. et al. Manual de contabilidade societária. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREZ JUNIOR, J. H.; OLIVEIRA, L. M. Contabilidade avançada: Texto e testes. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, J. L.; SCHMIDT, P.; FERNANDES, L. A. Contabilidade Avançada: aspectos societários e tributários. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; FERNANDES, L. A. Contabilidade internacional avançada: Combinação de negócios; consolidação das demonstrações financeiras; equivalência patrimonial: contempla as normas brasileiras, internacionais e norte-americanas de contabilidade; atualizadas pelo CPC 15, IFRS 3 e SFAS nº 142. São Paulo: Atlas, 2010.

VELTER, F.; MISSAGIA, L. R. Contabilidade avançada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Bibliografia Complementar

BORTOLUZZO, A. B.; GARCIA, M. P. S.; BOEHE, D. M.; SHENG, H. H. Desempenho

de fusões e aquisições cross border: análise empírica do caso brasileiro. Revista de Administração de Empresas. v. 54, n. 6, p. 659-671, 2014.

FERNANDES, E. C. Impacto da lei n. 11.638/07 sobre os tributos e a contabilidade. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES JUNIOR, E. P.; SILVA, R. S. V. Reorganização societária e blindagem patrimonial por meio de constituição de holding. Scientia Iuris. v. 18, n. 2, p. 55-71, 2014.

MELO, I. C. A.; TINOCO, J. E. P.; YOSHITAKE, M. Combinação de negócios no Brasil em empresas de capital aberto no período de 2005 a 2008: identificação dos impactos das demonstrações financeiras. Revista da Faculdade de Administração e Economia, v. 4, n. 1, p. 23-46, 2012.

REIS, L. G.; GALLO, M. F.; PEREIRA, C. A.. Manual de contabilização de tributos e contribuições sociais. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, J. L. Contabilidade avançada: aspectos societários e tributários. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; FERNANDES, L. A. Fundamentos de teoria avançada da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, A. C. V. Contabilidade avançada: teoria e 300 questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 496 p.

NOME DA DISCIPLINA: **CONTABILIDADE DE CUSTOS C/H 136**

Ementa: Evolução da Contabilidade de Custos. Terminologias e nomenclaturas aplicada à Contabilidade de Custos. Classificação dos Custos (quanto ao objeto de custeio e quanto ao volume). Esquema Básico da Contabilidade de Custos. Métodos de Custeio: Custeio por Absorção, Custeio Variável e Custeio ABC. Contabilização: Estoques de material direto. Estoques em processo, estoques de produtos acabados. Sistema de Acumulação de Custos: Ordem/Encomenda, Contínua/Por Processo e Conjunto/Híbrida. Produção equivalente. Departamentalização.

Bibliografia Básica

MARTINS, E. Contabilidade de custos. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREZ JUNIOR, J. H. et al. Gestão estratégica de custos. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, J. L., et al. Manual da Contabilidade de Custos: Atualizado pela lei 12.973/14 e pelas normas do CPC até o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 03/2013, São Paulo, Atlas, 2015.

Bibliografia Complementar

BORNIA, A. C.. Análise gerencial de custos em empresas modernas. Porto Alegre: Bookman, 2010.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. Gestão de custos e formação de preços: com aplicações da calculadora HP e Excel. São Paulo: Atlas, 2012.

HORNGREN, C. T. et al. Contabilidade de custos. 11ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

SILVESTRE, W. C. Sistema de custos ABC: uma visão avançada para tecnologia de informação e avaliação de desempenho. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, B. C.; ROCHA W. Gestão de custos interorganizacionais: ações coordenadas entre clientes e fornecedores para otimizar resultados. São Paulo: Atlas, 2009.

NOME DA DISCIPLINA: CONTABILIDADE EMPRESARIAL C/H 136

Ementa: Operações com mercadorias: aspectos tributários e contábeis; Controle de Estoques. Operações com ajuste a valor presente. Imobilizado: aspectos contábeis e fiscais. Depreciação, amortização e exaustão. Contratos de Arrendamento Mercantil. Propriedade para Investimentos. Instrumentos Financeiros. Contabilização da folha de pagamento. Características qualitativas e elementos das demonstrações contábeis. Demonstração do resultado do exercício. Balanço patrimonial. Demonstração do Resultado Abrangente. Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Demonstração do fluxo de caixa. Notas explicativas.

Bibliografia Básica

IUDICIBUS, S.; MARION, J. C. Contabilidade Comercial: atualizado conforme Lei n. 11.638/07 e Lei n. 11.941/09. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S.; et al. Manual de contabilidade societária. São Paulo: Atlas, 2010.

REIS, L. G.; GALLO, M. F.; PEREIRA, C. A.. Manual de contabilização de tributos e contribuições sociais. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). CPC 01 (R1). Redução ao valor recuperável do ativo. 2010. Disponível em <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/27_CPC_01_R1_rev%2005.pdf>. Acesso em 13.02.2018

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). CPC 03 (R2). Demonstração dos Fluxos de Caixa. 2010. Disponível em <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/27_CPC_03_R2_rev%2005.pdf>. Acesso em 13.02.2018

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). CPC 04 (R1). Ativo Intangível 2010. Disponível em <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/27_CPC_04_R1_rev%2005.pdf>. Acesso em 13.02.2018

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). CPC 12. Ajuste ao Valor presente. 2008. Disponível em <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/27_CPC_12_R2_rev%2005.pdf>. Acesso em 13.02.2018

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). CPC 27. Ativo Imobilizado. 2009. Disponível em <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/27_CPC_27_R2_rev%2005.pdf>. Acesso em 13.02.2018

CREPALDI, S. A.. Curso básico de contabilidade: resumo da teoria, atendendo as novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, J. C. Contabilidade empresarial. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MORAES JUNIOR, J. J. Contabilidade Geral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

OLIVEIRA, L. M.; et al. Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas. SP: Atlas, 2012.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; GOMES, J. M. M. Contabilidade intermediária: atualizada pela Lei nº11.941/09 e pelas normas do CPC. SP: Atlas, 2011.

SZUSTER, N.; et al. Contabilidade Geral: introdução à contabilidade societária. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WARREN, C. S.; et al. Fundamentos de contabilidade: aplicações. Tradução: Angela T. Nery. SP: Cengage Learning, 2009.

NOME DA DISCIPLINA: CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO C/H

Ementa: Aspectos tributários específicos: Imposto de Renda, Contribuição Social, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Programa de Integração Social (PIS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza (ISSQN). Regimes de tributação no Brasil. SPED fiscal e sua interface com as normas de contabilidade. Aspectos Fiscais em reestruturações societárias. Planejamento tributário. Tributos questionados judicialmente. Incentivos fiscais nacionais e regionais.

Bibliografia Básica

ANDRADE FILHO, E. O. Imposto de Renda das empresas: CSLL, Operações de Hedge, Preço de transferência, Planejamento Tributário e Reorganizações Societárias. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S.; et al. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades, de acordo com as normas internacionais de contabilidade e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, L. M.; et al. Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

ABREU, A. Gestão fiscal nas empresas: principais conceitos tributários e sua aplicação. São Paulo: Atlas, 2008.

BORGES, H. B. Gerência de impostos: IPI, ICMS, ISS e IR. São Paulo: Atlas, 2011.

CHAVES, F. C.; MUNIZ, E. G. Contabilidade tributária na prática. São Paulo: Atlas, 2010.

FABRETTI, L. C. Contabilidade Tributária. São Paulo: Atlas, 2009.

FERNANDES, E. C. Impacto da Lei Nº 11.638/07 sobre os tributos e a contabilidade. São Paulo: Atlas, 2015.

HIGUCHI, H. Imposto de Renda das Empresas: Interpretação e Prática. São Paulo: IR Publicações, 2010.

OLIVEIRA, G. P. Contabilidade tributária. São Paulo: Saraiva, 2008.

RESENDE, A. J.; et al. Contabilidade tributária: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas. São Paulo: Atlas, 2010.

RODRIGUES, A. I.; et al. Prática tributária nas empresas: análise de questões tributárias e contábeis atuais e relevantes. São Paulo: Atlas, 2012.

NOME DA DISCIPLINA: **CONTABILIDADE GERENCIAL I C/H 68**

Ementa: Caracterização e Evolução. Visão sistêmica, funções e práticas da Contabilidade Gerencial. Custos para Decisão: Análise Custo/Volume/Lucro. Formação do preço de venda. Custo Meta. Custo Padrão e Análises das Variações. Preços de Transferência. Time Driven ABC (TDABC). Mapeamento de processos organizacionais em sistemas integrados da contabilidade gerencial.

Bibliografia Básica:

ATKINSON, A. A.; et al. Contabilidade gerencial. São Paulo: Atlas, 2000.

CARDOSO, R. L.; MARIO, P. C.; AQUINO, A. C. B. Contabilidade gerencial: mensuração, monitoramento e incentivos. São Paulo: Atlas, 2007.

GARRISON, Ray H; NOREEN, Eric W; BREWER, Peter C. Contabilidade gerencial. São Paulo: LTC, 2007.

IUDÍCIBUS, S. Contabilidade gerencial. São Paulo: Atlas, 1991.

Bibliografia Complementar:

BORNIA, A. C. Análise gerencial de custos em empresas modernas. Porto Alegre: Bookman, 2002.

COGAN, S. Contabilidade gerencial: uma abordagem da teoria das restrições. São Paulo: Saraiva, 2007.

COGAN, S.. Custos e preços: formação e análise. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

FREZATTI, F.; AGUAR, A. B.; GUERREIRO, R. Diferenciações entre a Contabilidade Financeira e a Contabilidade Gerencial: uma pesquisa empírica a partir de pesquisadores de vários países. Revista Contabilidade & Finanças, vol. 18, p. 9-22. 2007.

GUERREIRO, R.; FREZATTI, F.; CASADO, T. Em Busca de um Melhor Entendimento da Contabilidade Gerencial Através da Integração de Conceitos da Psicologia, Cultura Organizacional e Teoria Institucional. Revista Contabilidade & Finanças. São Paulo, Edição Comemorativa, p. 7–21, Setembro de 2006.

PADOVESE, C. L.. Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. São Paulo: Atlas, 1998.

PEREZ JUNIOR, J. H.; et al, Gestão Estratégica de Custos- 3 ed., São Paulo- Atlas, 2003.

SÁ, C. A.. Fluxo de caixa: a visão da tesouraria e da controladoria. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

NOME DA DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERENCIAL II C/H 68

Ementa: Avaliação de empresas. Análise de Desempenho Empresarial. Análise de valor. Unidades Estratégicas de Investimento: ROI, Lucro Residual e Valor Econômico Agregado (EVA). Custos de Qualidade. Gestão Estratégica de Custos e Análise da Cadeia de Valor. Custos Conjuntos. Teoria das Restrições. Tomada de decisão por meio de sistemas integrados da contabilidade gerencial.

Bibliografia Básica:

ATKINSON, A. A.; et al. Contabilidade gerencial. São Paulo: Atlas, 2000.

COGAN, S. Contabilidade gerencial: uma abordagem da teoria das restrições. São Paulo: Saraiva, 2007.

FREZATTI, F; AGUAR, A. B.; GUERREIRO, R. Diferenciações entre a Contabilidade Financeira e a Contabilidade Gerencial: uma pesquisa empírica a partir de pesquisadores de vários países. Revista Contabilidade & Finanças, vol. 18, p. 9-22. 2007.

PARISI, C.; MEGLIORINI, E. (Orgs.). Contabilidade Gerencial São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar:

BORNIA, A. C.. Análise gerencial de custos em empresas modernas. Porto Alegre: Bookman, 2002.

COGAN, S. Custos e preços: formação e análise. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

GUERREIRO, R.; FREZATTI, F.; CASADO, T. Em Busca de um Melhor Entendimento da Contabilidade Gerencial Através da Integração de Conceitos da Psicologia, Cultura Organizacional e Teoria Institucional. Revista Contabilidade & Finanças. São Paulo, Edição Comemorativa, p. 7–21, Setembro de 2006.

IUDÍCIBUS, S. Contabilidade gerencial. 6ª ed. 11ª t. São Paulo: Atlas, 1998.

PADOVESE, C. L.. Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. São Paulo: Atlas, 1998.

PEREZ JUNIOR, J. H.; et al, Gestão Estratégica de Custos. 3 ed., São Paulo- Atlas, 2003.

SÁ, C. A.. Fluxo de caixa: a visão da tesouraria e da controladoria. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

NOME DA DISCIPLINA: CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA C/H 136

Ementa: Origem e evolução da contabilidade. Objetivos e finalidades da contabilidade. Campo de aplicação. Usuários da informação contábil. Finalidades da informação contábil. Abordagem inicial dos princípios e características qualitativas da informação contábil. Estática patrimonial. Dinâmica patrimonial. Regimes Contábeis de competência e de caixa. Resultado do exercício. Balancete de Verificação. Balanço Patrimonial: classificação das contas patrimoniais. Demonstração do Resultado do Exercício: classificação das contas de resultado. Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados. Demonstração dos Fluxos de Caixa – método direto. Plano de contas. Variações patrimoniais. Procedimentos contábeis: fatos contábeis, período contábil, escrituração contábil, lançamentos contábeis, encerramentos do exercício e levantamento das demonstrações contábeis. Livros obrigatórios e auxiliares.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, M. C. Curso de contabilidade introdutória em IFRS e CPC. São Paulo: Atlas, 2016.

GRECO, A.; AREND, L. Contabilidade: teoria e práticas básicas. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

IUDÍCIBUS, S.; et al. Contabilidade introdutória. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, J. C. Contabilidade básica. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARION, J. C. Contabilidade básica. São Paulo: Atlas, 2009.

MORAES JUNIOR, J. J. Contabilidade geral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SZUSTER, N; et al. Contabilidade geral: introdução à contabilidade societária. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia Complementar:

CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Conceitual Básico (R1): Estrutura Conceitual Para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: http://static.cpc.medialogroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf.

CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2): Demonstração do Fluxo de Caixa. Disponível em: http://static.cpc.medialogroup.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev 2004.pdf.

IUDÍCIBUS, S.; et al. Manual de contabilidade societária. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. Contabilidade comercial: atualizado conforme Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, J. C. Contabilidade empresarial: atualizada conforme Lei nº 11.638/07, MP nº 449/08 e Lei nº 11.941/09. 16ª Edição. São Paulo: Atlas, 2012.

NOME DA DISCIPLINA: CONTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA C/H 102

Ementa: Planejamento financeiro e do lucro das empresas: sua implantação, utilização e técnicas de preparação orçamentária. Tipos de orçamentos: operacionais, financeiros e de capital. Projeção das demonstrações contábeis e análise de sensibilidade. Operacionalidade, execução, controle e avaliação orçamentária. Aplicação prática do

orçamento em planilhas eletrônicas.

Bibliografia Básica

ATKINSON, A. A.; BANKER, R. D.; KAPLAN, R. S.; YOUNG S. M. Contabilidade gerencial. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CARDOSO, R. L. Orçamento Empresarial: aprender fazendo. 2ª ed. São Paulo. Atlas. 2014.

FREZATTI, F. Orçamento Empresarial: Planejamento e Controle Gerencial. 6ª ed., São Paulo: Atlas, 2015.

WELSCH, G. A. Orçamento Empresarial. 4ª ed. São Paulo: Atlas. 1983.

Bibliografia Complementar

CARDOSO, R. L.; MARIO, P. do C.; AQUINO, A. C. B. de. Contabilidade gerencial: mensuração, monitoramento e incentivos. - 1 ed. - 2 reimp. - São Paulo: Atlas, 2007.

CARNEIRO, M.; MATIAS, A. B. Orçamento Empresarial: Teoria, Prática e Novas Técnicas. 1ª ed. São Paulo: Atlas. 2015.

FREZATTI, F.; RELVAS, T. R. S.; JUNQUEIRA, E.; SÁ, C. A. Orçamento empresarial: Novas Técnicas de elaboração e de acompanhamento. 1ª ed. São Paulo, Atlas, 2014.

NASCIMENTO, A. R.; OYADOMARI, J. C. Críticas ao orçamento: problemas com o artefato ou a não utilização de uma abordagem abrangente de análise? *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 3, n. 2, p. 190-216, 2010.

ZDANOWICZ, J. E. Orçamento Operacional. Ed Sagra, Porto Alegre, 2000.

NOME DA DISCIPLINA: **CONTABILIDADE PÚBLICA I C/H 68**

Ementa: Alcance da contabilidade aplicada ao setor público. Aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da contabilidade aplicada ao setor público. Princípios da administração pública. Setor Público, entidades e serviços públicos. Princípios orçamentários. Orçamento público e o Sistema de Planejamento Integrado: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Receitas e despesas públicas. Alterações Orçamentárias. Lógica dos registros contábeis - introdução à escrituração contábil.

Bibliografia Básica

ALOE, A. Técnica orçamentária e contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 1970.

ANDRADE, N. A. Contabilidade pública na gestão municipal. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ANGELICO, J. Contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 1991.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009. Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6976.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10180.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8987cons.htm>. Acesso em: 26 mar. 2016.

BRUNO, R. M. Lei de responsabilidade fiscal e orçamento público municipal. Curitiba, PR: Juruá, 2005.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO E GESTÃO. Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do §1º do art. 2º e §2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-mog-42_1999_atualizada_23jul2012-1.doc/view>. Acesso em: 05 fev. 2018.

QUINTANA, A. C.; et. al. Contabilidade pública. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 7. ed. Brasília, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/563508/MCASP+7ª%20edição+Versão+Republicação+2017+06+02.pdf/3f79f96f-113e-40cf-bbf3-541b033b92f6>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Plano de contas aplicado ao setor público. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pcasp>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____; SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL. Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-interm-163_2001_atualizada_2015_04jul2016_ultima-alteracao-2016-2.docx/view>. Acesso em: 05 fev. 2018.

SILVA, L. M. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. São Paulo: Atlas, 1991.

SILVA, V. L. A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar

ALBUQUERQUE, C. M. Gestão de finanças públicas: Fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. Brasília - DF: [s.n.], 2006.

BEZERRA FILHO, J. E. Contabilidade aplicada ao setor público: abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

JUND, S. Administração, orçamento e contabilidade pública: teoria e 850 questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

LIMA, D. V. Contabilidade pública: Integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem). São Paulo - SP: Atlas, 2009.

MOTA, Francisco Glauber Lima. Contabilidade aplicada ao setor público. Brasília - DF: cidade gráfica e editora, 2009.

PIRES, J. B. F. S. Contabilidade pública. Brasília - DF: Franco & Fortes, 1999.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, F. W. E. Lei de responsabilidade fiscal e os seus princípios informadores. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

SLOMSKI, V. Manual de contabilidade pública. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NOME DA DISCIPLINA: **CONTABILIDADE PÚBLICA II C/H 68**

Ementa: Sistema contábil típico do setor público e suas particularidades. Plano de contas. Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público. Escrituração contábil e procedimentos patrimoniais, orçamentários e de controle. Receitas e despesas públicas. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Sistemas operacionais na escrituração de atos e fatos contábeis. Controle e prestação de contas.

Bibliografia Básica

ALOE, A. Técnica orçamentária e contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 1970.

ANDRADE, N. A. Contabilidade pública na gestão municipal. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ANGELICO, J. Contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 1991.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009. Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6976.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10180.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 26 mar. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, de 23 de setembro de 2016. Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 01, de 21 de outubro de 2016. Aprova a NBC TSP 01 Receita de Transação sem Contraprestação. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP01.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 02, de 21 de outubro de 2016. Aprova a NBC TSP 02 Receita de Transação com Contraprestação. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP02.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 03, de 21 de outubro de 2016. Aprova a NBC TSP 03 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingente. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP03.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 04, de 25 de novembro de 2016. Aprova a NBC TSP 04 Estoques. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP04.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 05, de 25 de novembro de 2016. Aprova a NBC TSP 05 Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP05.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 06, de 22 de setembro de 2017. Aprova a NBC TSP 06 Propriedade para Investimento. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP06.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 07, de 22 de setembro de 2017. Aprova a NBC TSP 07 Ativo Imobilizado. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP07.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 08, de 22 de setembro de 2017. Aprova a NBC TSP 08 Ativo Intangível. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP08.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 09, de 22 de setembro de 2017. Aprova a NBC TSP 09 Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP09.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 10, de 22 de setembro de 2017. Aprova a NBC TSP 10 Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP10.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 16.6 (R1), de 24 de outubro de 2014. Altera a NBC T 16.6 que dispõe sobre demonstrações contábeis. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCT16.6\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCT16.6(R1).pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Resolução nº 1.134, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1134.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Resolução nº 1.135, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.8 Controle Interno. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1135.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Resolução nº 1.136, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.9 Depreciação, Amortização e Exaustão. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1136.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Resolução nº 1.137, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.10 Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1137.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Resolução nº 1.366, de 25 de novembro de 2011. Aprova a NBC T 16.11 Sistema de Informação de Custos do Setor Público. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1366.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2018.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO E GESTÃO. Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do §1º do art. 2º e §2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-mog-42_1999_atualizada_23jul2012-1.doc/view>. Acesso em: 05 fev. 2018.

QUINTANA, A. C.; et. al. Contabilidade pública. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 7. ed. Brasília, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/563508/MCASP+7ª>

<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/563508/MCASP+7ª%20edição+Versão+Republicação+2017+06+02.pdf/3f79f96f-113e-40cf-bbf3-541b033b92f6>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Manual de demonstrativos fiscais: aplicado à União e aos estados, Distrito Federal e municípios. 8. ed. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/592968/MDF+8a.+edição+-+versão+29-12-2017/d1a26a26-284c-4874-826c-a0792c0d554a>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Plano de contas aplicado ao setor público. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pcasp>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Portaria nº 438, de 12 de julho de 2012. Aprova a alteração dos Anexos nº 12 (Balanço Orçamentário), nº 13 (Balanço Financeiro), nº 14 (Balanço Patrimonial), nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), nº 18 (Demonstração dos Fluxos de Caixa) e nº 19 (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido) da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, revoga a Portaria STN nº 665, de 30 de novembro de 2010, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de julho de 2012. Seção 1, p. 30.

_____. Portaria nº 634, de 19 de novembro de 2013. Dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de novembro de 2013. Seção 1, p. 20.

_____; SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL. Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-interm-163_2001_atualizada_2015_04jul2016_ultima-alteracao-2016-2.docx/view>. Acesso em: 05 fev. 2018.

SILVA, L. M. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. São Paulo: Atlas, 1991.

SILVA, V. L. A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar

ALBUQUERQUE, C. M. Gestão de finanças públicas: Fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. Brasília - DF: [s.n.], 2006.

BEZERRA FILHO, J. E. Contabilidade aplicada ao setor público: abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

JUND, S. Administração, orçamento e contabilidade pública: teoria e 850 questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

LIMA, D. V. Contabilidade pública: Integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem). São Paulo - SP: Atlas, 2009.

MOTA, Francisco Glauber Lima. Contabilidade aplicada ao setor público. Brasília - DF: cidade gráfica e editora, 2009.

PIRES, J. B. F. S. Contabilidade pública. Brasília - DF: Franco & Fortes, 1999.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, F. W. E. Lei de responsabilidade fiscal e os seus princípios informadores. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

SLOMSKI, V. Manual de contabilidade pública. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NOME DA DISCIPLINA: **CONTABILOMETRIA C/H 102**

Ementa: Fundamentos e aplicações das técnicas estatísticas aplicadas às pesquisas na área de contabilidade. Técnicas estatísticas paramétricas e não paramétricas com auxílio da informática. Aplicabilidade da análise estatística no ambiente organizacional.

Bibliografia Básica

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística Básica. São Paulo: Saraiva, 2002.

CORRAR, L. J.; THEOPHILO, C. R. Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração: contabilometria. São Paulo: Atlas, 2004.

HAIR JUNIOR, J. F.; et al. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

Bibliografia Complementar

BUSSAB, W. O. Métodos quantitativos: análise de variância e de regressão, uma introdução. São Paulo: Atual, 1988 .

KAZMIER, L. J. Estatística aplicada a economia e administração. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1982.

KMENTA, J. Elementos de econometria: teoria estatística básica. São Paulo: Atlas, 1994.

HAIR JUNIOR, J. F.; et al. Análise Multivariada de Dados. Porto Alegre, RS: Bookman, 2009.

HOFFMANN, Rodolfo; VIEIRA, Sonia. Análise de regressão. São Paulo: HUCITEC, 1998.

NOME DA DISCIPLINA: **CONTROLADORIA C/H 102**

Ementa: Conceitos e definições. O ambiente de integração organizacional. O papel da controladoria e do controle nas empresas e as funções do *controller*. Posição hierárquica e organização interna da controladoria. Modelos: processo de gestão (planejamento, execução e controle) e processo decisório (identificação do problema, formulação, avaliação e seleção de alternativas). Sistemas de informações gerenciais. Aspectos avançados de avaliação de desempenho e análise do *Balanced Scorecard*.

Bibliografia Básica

NAKAGAWA, M. Introdução à Controladoria, São Paulo: Atlas, 1994.

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. Controladoria: Instrumento de Apoio ao Processo Decisório. São Paulo, Atlas, 2015.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; MARTINS, M. A. S. Manual de Controladoria. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar

BEUREN, I. M.; SCHLINDWEIN, A. C.; PASQUAL, D. L. Abordagem da Controladoria em trabalhos publicados no Enanpad e no congresso USP de controladoria e contabilidade de 2001 a 2006. Revista Contabilidade e Finanças. São Paulo, v. 18, n. 45, p. 22-37, 2007.

BORINELLI, M. L. Estrutura conceitual básica da Controladoria: sistematização à luz da teoria e da práxis. 2006. 352f. Tese de Doutorado (Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade). Universidade de São Paulo. 2006.

CATELLI, A. Controladoria: uma abordagem da gestão econômica GECON. 2 ed. São Paulo, Atlas, 2001.

ECKERT, A.; MECCA, M. S.; BIASIO, R.; MAURO, P. S. A viabilidade da aplicação do método de custeio TDABC em uma empresa de mármore sob encomenda. Revista de Estudos Contábeis. Londrina. v. 3, n. 5, p. 25-47, 2012.

PADOVEZE, C. L. Controladoria Estratégica e Operacional, São Paulo: Thomson, 2003.

NOME DA DISCIPLINA: **DIREITO ADMINISTRATIVO C/H 68**

Ementa: Conceito de Direito Administrativo. Campo de Aplicação. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável. Políticas Públicas Sustentáveis. Educação Ambiental e Estratégias Públicas para a Sustentabilidade e para a Educação Ambiental. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre procedimentos administrativos: funcionário público e agente político, formas de contratações, licitação, Licitações Sustentáveis. Contratos administrativos e convênios sob a ótica da Lei 8.666/93-Lei de Licitações e Lei Complementar 101/2000-Lei de Responsabilidade Fiscal.

Bibliografia Básica

BRASIL. ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. 3 ed. Brasília: MMA, DF, 2005.

DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. Ed. 9. São Paulo: Editora Gaia, 2010.

DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 1992.

GASPARINI, D. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 1995, 2005.

LEFF, H. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 1990.

MELLO, C. A. B. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.
MOREIRA NETO, D. F. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, S. Licitação passo a passo. Rio de Janeiro: Temas e Ideias, 2006.
CRUZ, F. Lei de responsabilidade fiscal comentada: lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. São Paulo: Atlas, 2001.
BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 set. 1981.
BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999.
DI PIETRO, M. S. Z. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. São Paulo: Atlas, 2008.
GRANZIERA, M. L. M. Contratos administrativos: gestão, teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2002.
PEREIRA JUNIOR, J. T. Tutela administrativa. Rio de Janeiro: Plurarte, 1983.
TOLEDO JR., F. C.; ROSSI, S. C. Lei de responsabilidade fiscal: comentada artigo por artigo. São Paulo: NDJ, 2005.

NOME DA DISCIPLINA: **DIREITO EMPRESARIAL I C/H 102**

Ementa: DIREITO DE EMPRESA: Introdução ao direito empresarial: Fontes, Teoria dos Atos do Comércio e Teoria dos Atos da Empresa; Empresário: Conceito legal de empresário e empresa, pessoa jurídica e pessoa física. Personalidade jurídica. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Formas de constituição do empresário: Empresarial individual, EIRELI e sociedades. Sociedades: Empresárias e simples, personificadas e não personificadas, regular e irregular. Constituição do empresário: capacidade jurídica, caracterização, impedimentos, regularidade e obrigações do empresário. Registros Públicos. Nome empresarial. Estabelecimento empresarial. Teoria geral do direito societário empresarial: Conceito, constituição; Espécies de Sociedades Empresariais: Sociedade em Conta de Participação, Sociedade em Nome Coletivo, Sociedade em Comandita Simples, Sociedade em Comandita por Ações, Sociedade Limitada e Sociedade Anônima. Modificações: transformação, incorporação, fusão e cisão. Dissolução, Liquidação e Extinção. DO DIREITO CONTRATUAL: Teoria Geral dos Contratos: Origem dos contratos, conceito, princípios, limites, formação, efeitos, elementos, classificação, vícios, interpretação e extinção. Contratos típicos previstos no Código Civil: Compra e venda, Troca ou permuta, Estimatório, Doação, Locação, Empréstimo, Prestação de Serviço, Empreitada, Mandato, Corretagem, Transporte, Fiança. Código de Defesa do Consumidor.

Bibliografia Básica

BIFANO, E. P.; BENTO, S. R. O. Aspectos relevantes do direito de empresa. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2005.
CAMPINHO, S. Direito de empresa a luz do novo código civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
FINKELSTEIN, M. E. Direito empresarial. São Paulo: Atlas, 2008.
STROPARO, E. J. Contratos. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2011.
ZUCCHI, M. C. Direito de empresa. São Paulo: HARBRA, 2004.

Bibliografia Complementar

DOMINGUES, N. R.; ALMEIDA, L. M. C. P. Guia prático do direito empresarial no novo Código Civil: aspectos legais, modelos e formulários. Curitiba, PR: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, 2003.

HOOG, W. A. Z. Dicionário de direito empresarial relativo ao livro II do código civil/2002. Para contadores, administradores, advogados e economistas. Curitiba, PR: Juruá, 2007.

MACHADO, E. G. Direito de empresa aplicado: abordagem jurídica, administrativa e contábil. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, E. S. Arbitragem e direito da empresa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

VENOSA, S. S.; RODRIGUES, C. Direito civil: direito empresarial. São Paulo: Atlas, 2012.

NOME DA DISCIPLINA: **DIREITO EMPRESARIAL II C/H 68**

Ementa: DIREITO CAMBIÁRIO: Teoria Geral do Direito Cambiário: Legislação aplicável, origem histórica, classificação, efeitos, requisitos legais. Títulos virtuais. Títulos em moeda estrangeira. Transferência do título: Endosso e suas modalidades. Aval. Exigibilidade. Obrigados e coobrigados. Protesto. Prazos prescricionais. Títulos de créditos em espécie: Letra de Câmbio, Nota Promissória, Cheque e Duplicatas. Títulos de crédito impróprios. DIREITO FALIMENTAR: Teoria Geral do Direito Falimentar: Origem, legislação e situações de falência; Devedor sujeito a falência; Critérios legais para a falência; Processo falimentar; Administração da falência; Apuração do ativo e passivo; Arrecadação dos bens; Avaliação e alienação do ativo; Classificação dos créditos; Efeitos sobre o falido; Encerramento da falência. Recuperação do falido. Recuperação de empresas: Teoria Geral e Princípios. Recuperação judicial: Sujeito ativo; Requisitos legais; Documentos necessários; Órgãos da recuperação judicial; Processo judicial; Plano de recuperação; Encerramento. Recuperação extrajudicial: Requisitos; Homologação Judicial do Plano. Disposições penais: Crimes falimentares.

Bibliografia Básica

BULGARELLI, W. Títulos de credito. São Paulo: Atlas, 1991.

COMETTI, Marcelo Tadeu. Direito empresarial: direito de empresa. São Paulo: Saraiva, 2009.

FAZZIO JUNIOR, W. Lei de falência e recuperação de empresas. São Paulo: Atlas, 2008.

MAMEDE, G. Títulos de Crédito. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, F. Títulos de credito. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

OLIVEIRA, C. M. Comentários a nova lei de falências. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

PIRES, J. P. L. F.; PIRES, I. M. F. Títulos de crédito: letra de cambio, nota promissória, cheque, títulos da dívida pública e exceção de pré-executividade. São Paulo: Malheiros, 2001.

TOLEDO, P. F. C. S.; ABRAO, C H. Comentários a lei de recuperação de empresas e falência. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL, Lei 11101, de 09 de fevereiro de 2005. Lei de Recuperação e Falências (LRF). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm

BRASIL, Lei 7357, de 02 de setembro de 1985. Dispõe sobre o cheque e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7357.htm

BRASIL, Lei 5474, de 18 de julho de 1968. Dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras

providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7357.htm
BRASIL, Decreto 57663, de 24 de janeiro de 1966. Promulga as Convenções para adoção de uma lei uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d57663.htm

Bibliografia Complementar

DOMINGUES, N. R.; ALMEIDA, L. M. C. P. Guia prático do direito empresarial no novo Código Civil: aspectos legais, modelos e formulários. Curitiba, PR: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, 2003.

HOOG, W. A. Z. Dicionário de direito empresarial relativo ao livro II do código civil/2002. Para contadores, administradores, advogados e economistas. Curitiba, PR: Juruá, 2007.

MACHADO, E. G. Direito de empresa aplicado: abordagem jurídica, administrativa e contábil. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, E. S. Arbitragem e direito da empresa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

SOUZA, V. R. P. SANTOS, R. R. M. Manual Básico de Direito Empresarial. Curitiba: Juruá, 2013.

VENOSA, S. S.; RODRIGUES, C. Direito civil: direito empresarial. São Paulo: Atlas, 2012.

VIDO, E. Direito Empresarial. 12 ed. rev. e at. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

NOME DA DISCIPLINA: **DIREITO TRIBUTÁRIO** C/H 68

Ementa: História e finalidade dos tributos; Legislação Tributária; Direito Constitucional Tributário: Princípios Constitucionais Tributários; Competência constitucional tributária; Tributos previstos na Constituição Federal; Imunidade tributária. Código Tributário Nacional: Aplicação da legislação tributária; obrigações tributárias; conceito de tributo; fato gerador; sujeito passivo; responsabilidades tributárias; base de cálculo; alíquotas; lançamentos; crédito tributário; suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Tributos: Espécies tributárias; tributos diretos e indiretos; Processos tributários: judicial e administrativo.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 1997.

CASSONE, V. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 1997.

FABRETTI, L. C. Código tributário nacional comentado. São Paulo: Atlas, 2005.

FABRETTI, L. C.; FABRETTI, D. R. Direito tributário para os cursos de Administração e Ciências Contábeis. São Paulo: Atlas, 2003. 174 p.

MARTINS, I. G. Sistema tributário nacional na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 1991. 326 p

MARTINS, S. P. Manual de direito tributário. São Paulo: Atlas, 2005.

SEGUNDO, H. B. M. Direito tributário e financeiro. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

BRASIL. Lei 6830/1980, de 22/09/1980. Dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública e dá outras providências.

BRASIL. Lei 9430/1996, 27/12/1996. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo e consulta e dá outras

providências.

Bibliografia Complementar

CARRAZA, R. A. Curso de Direito Constitucional Tributário. 28 ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2012.

FREITAS, V. P. Código Tributário Nacional Comentado. 4. ed. rev., at. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MACHADO, H. B. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 2012.

MESSA, A. F. Direito Tributário: direito material. São Paulo: Ridel, 2010.

PAULSEN, L.; MELO, J. E. S. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. 7. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SCHOUERI, L. E. Direito Tributário. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

NOME DA DISCIPLINA: ECONOMIA C/H 102

Ementa: Noções introdutórias de economia. Evolução histórica do pensamento econômico. Lei da oferta e procura. Estrutura do mercado. Determinação da renda e do Produto Nacional (PN). Inflação: tipos e causas. Balanço de pagamento. Instrumentos de Política Econômica. Determinação da taxa de câmbio. Função e tipos de moeda. Sistema Financeiro e Sistema Econômico. Impactos econômicos decorrentes dos aspectos demográficos: questões de gênero, étnico-raciais, culturais e etárias. Visão Econômica da Contabilidade.

Bibliografia Básica

PARKIN, M. Economia. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2009.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. (Orgs). Manual de Economia. Equipe de Professores da USP. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: Micro e Macro. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. Fundamentos de Economia. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bibliografia Complementar

CABRAL, A. S.; YONEYAMA, T. Microeconomia: Uma visão integrada para os empreendedores. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2008

FONTES, R.; et al. Economia: Um enfoque básico e simplificado. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FROYEN, R. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MANSFIELD, E.; YOHE, G. Microeconomia. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MILES, D.; SCOTT, A. Macroeconomia: Compreendendo a riqueza das nações. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MONTELLA, M. Micro e Macroeconomia: Uma abordagem conceitual e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PINDICK, Robert S. E RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SILVA, C. R. L.; LUIZ S. Economia e Mercados: Introdução à economia. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SULLIVAN, A. O.; et al. Introdução à Economia: Princípios e ferramentas. São Paulo: Pearson, 2004.

VARIAN, H. R. Microeconomia: Princípios Básicos. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NOME DA DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I C/H 102

Ementa: Coletânea dos principais títulos e autores de obras científicas contábeis e correlatas. Trabalho de pesquisa contábil no acervo das universidades brasileiras. Escolha de tema para estudo. Elaboração de projeto de pesquisa conforme regulamento de estágio. Tipos de pesquisa científica em Ciências Contábeis: as perspectivas quantitativa e qualitativa. Interdisciplinaridade em pesquisas científicas: os índices econômico-financeiros e a triangulação a partir da mensuração contábil dos aspectos demográficos, gênero, faixa etária, características étnico-raciais e culturais. A subjetividade em relação às organizações e as diferenças sociais: o estatuto do idoso, a cultura afro-brasileira e africana.

Bibliografia Básica

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. Pioneira, 2000.
PEDRINI, A. G.; SAITO, C. H. Paradigmas metodológicos em educação ambiental. São Paulo: Editora Vozes, 2015.
SATO, M.; CARVALHO, I. Educação ambiental: pesquisa e desafios. Artmed Editora, 2009.
STAKE, R. E. Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam; tradução: Karla Reis; revisão técnica: Nilda Jacks. Porto Alegre: Penso, 2011.
YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos; tradução Ana Thorell; revisão técnica Cláudio Damacena. -4. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2010.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, M. M. Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
BALSINI, C. P. V. Estratégias de pesquisa em estudos organizacionais: vínculos paradigmáticos e questões práticas. Biguaçu: Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade do Vale do Itajaí, 2007.
BASTOS, C. L.; KELLER, V. Aprendendo a aprender: introdução a metodologia científica. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
DIAS, G. F. Atividades interdisciplinares de educação ambiental. São Paulo: Global Editora, 2015.
FACHIN, O. Fundamentos de Metodologia. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006
GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. Pesquisa qualitativa nas organizações-paradigmas estratégias e métodos. -2. ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

NOME DA DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO II C/H 136

Ementa: Pesquisa bibliográfica e/ou de campo. Análise e interpretação dos dados. Redação e defesa do relatório final conforme regulamento do estágio.

Bibliografia Básica

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. Pioneira, 2000.
PEDRINI, A. G.; SAITO, C. H. Paradigmas metodológicos em educação ambiental. São Paulo: Editora Vozes, 2015.
SATO, M.; CARVALHO, I. Educação ambiental: pesquisa e desafios. Artmed Editora, 2009.
STAKE, R. E. Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam; tradução:

Karla Reis; revisão técnica: Nilda Jacks. Porto Alegre: Penso, 2011.
YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos; tradução Ana Thorell; revisão técnica Cláudio Damacena. -4. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2010.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, M. M. Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
BALSINI, C. P. V. Estratégias de pesquisa em estudos organizacionais: vínculos paradigmáticos e questões práticas. Biguaçu: Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade do Vale do Itajaí, 2007.
BASTOS, C. L.; KELLER, V. Aprendendo a aprender: introdução a metodologia científica. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
DIAS, G. F. Atividades interdisciplinares de educação ambiental. São Paulo: Global Editora, 2015.
FACHIN, O. Fundamentos de Metodologia. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006
GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. Pesquisa qualitativa nas organizações-paradigmas estratégias e métodos. -2. ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

NOME DA DISCIPLINA: **ESTATÍSTICA C/H 68**

Ementa: Dados, variáveis, população e amostra. Descrição de amostra com tabelas e gráficos. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Probabilidade. Correlação. Variáveis aleatórias e distribuições discretas. Distribuições contínuas. Estimação. Testes de hipóteses. Regressão linear. Modelos de Análise Estatística privilegiando o contexto da contabilidade.

Bibliografia Básica

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística Básica. São Paulo: Saraiva, 2002.
CORRAR, L. J.; THEOPHILO, C. R. Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração: contabilometria. São Paulo: Atlas, 2004.
HAIR JUNIOR, J. F.; et al. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

Bibliografia Complementar

BUSSAB, W. O. Métodos quantitativos: análise de variância e de regressão, uma introdução. São Paulo: Atual, 1988 .
KAZMIER, L. J. Estatística aplicada a economia e administração. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1982.
KMENTA, J. Elementos de econometria: teoria estatística básica. São Paulo: Atlas, 1994.
HAIR JUNIOR, J. F.; et al. Análise Multivariada de Dados. Porto Alegre, RS: Bookman, 2009.
HOFFMANN, Rodolfo; VIEIRA, Sonia. Análise de regressão. São Paulo: HUCITEC, 1998.

NOME DA DISCIPLINA: **ÉTICA, SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE C/H 68**

Ementa: Conceituação de ética e cidadania. Valores, interesses e visões de mundo. Ética do profissional contábil. As relações entre empresas, meio ambiente e contabilidade. As relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana no contexto organizacional. A educação ambiental e o desenvolvimento individual na

prática social e ética. Responsabilidade cidadã: estatuto do idoso e questões de gênero.

Bibliografia Básica

- FAGUNDES, M. Aprendendo valores éticos educação, professores, coleção formação humana na escola, autêntica, FIPECAFI – Ética Geral e Profissional em Contabilidade . Editora Atlas – 1996.
- HUTCHISON, D. Educação ecológica: ideias sobre consciência ambiental. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- LEFF, H. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LISBOA, L. P. (Coord.). Ética Geral e Profissional em Contabilidade. 2 ed. São Paulo Atlas 2010.
- MORAES, M. S. C. Valores Humanos – Coleção Ética e Cidadania, 8º ano – Editora Construir, 2005.
- MOURA CARVALHO, I. C. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. Cortez Editora, 2017.
- PEREIRA, A. A.; MONTEIRO, A. M. (Orgs.). Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.
- SÁ, A. L. Ética Profissional, 9ª Ed. São Paulo Atlas. 2012.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.
- CORTELLA, M. S. Pensar Bem nos Faz Bem – família carreira convivência ética. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- GRÜN, M. Em busca da dimensão ética da educação ambiental. Papyrus Editora, 2007.
- LAYRARGUES, P. P. O desafio empresarial para a sustentabilidade e as oportunidades da educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B. (Org.). Cidadania e meio ambiente. Salvador: CRA, 2003. p.95-110.
- OLIVEIRA, R. N. N. Investigando a Ética e a Sexualidade. 2ª ed. Ed. Jovem , 2009.
- RIBEIRO, M. S. Contabilidade ambiental. Saraiva Educação S.A., 2017.
- SANTOS, Y. I. História da África e do Brasil Afrodescendente. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- VASQUEZ, A. S. Ética. Editora Civilização Brasileira . São Paulo. 1997.
- WONSOVICZ, S. Novo Espaço Filosófico Criativo, Sophos, 2007.

NOME DA DISCIPLINA: **GESTÃO E ESTRATÉGIA EMPRESARIAL C/H 68**

Ementa: Processo de gestão e tomada de decisão. Planejamento e controle organizacional. Análise ambiental e planejamento estratégico. Empreendedorismo e plano de negócios. Missão, visão e valores organizacionais. Estabelecimento de diretrizes e objetivos organizacionais. Formulação e implementação de estratégias empresariais.

Bibliografia Básica

- BULGACOV, S. Administração estratégica: teoria e pratica. São Paulo: Atlas, 2007
- CERTO, S. C. Administração Estratégica: Planejamento e implantação da estratégia. São Paulo, Makron Boohs, 1993.
- GLEMAWAT, P. A Estratégia e o cenário dos negócios. Porto Alegre (RS). Bookman, 2000.

Bibliografia Complementar

ANSOFF, H. I. Estratégia Empresarial; tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Editora MacGraw-Hill do Brasil, 1977.

DOLABELA, F. Oficina do empreendedor. São Paulo: Ed. Cultura, 1999.

DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios. São Paulo: Ed. Pioneira, 1986.

MINER, J. B. Os quatro caminhos para o sucesso empresarial: como acertar o alvo no mundo dos negócios. São Paulo: Ed. Futura, 1998.

PORTER, M. E. Estratégia competitiva: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência; tradução de Elizabeth Maria de Pinho Braga. 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

NOME DA DISCIPLINA: **LEGISLAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA I C/H 102**

Ementa: História do Direito Trabalhista Brasileiro: normatização do trabalho do idoso, da mulher e do menor. Fontes normativas do direito laboral. Relação de emprego e relação de trabalho. Relação de emprego. Contratos de trabalho. Direitos e deveres decorrente do contrato do trabalho. Jornada de trabalho. Condições laborativas. Situações especiais no pacto laboral. Rescisão contratual. Instrumentos coletivos no direito laboral. Justiça trabalhista. Legislação previdenciária aplicável à relação laboral.

Bibliografia Básica

CARRION, V. Comentários a consolidação das leis do trabalho. São Paulo: Atlas, 1995

MARTINS, S. P. Fundamentos do direito da seguridade social. São Paulo: Atlas, 2012.

NASCIMENTO, A. M. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2007.

NASCIMENTO, A. M. Direito do Trabalho na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 1991.

NASCIMENTO, A. M. Iniciação do direito do trabalho. São Paulo: LTR, 1992.

NASCIMENTO, A. N. Iniciação ao direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2013.

Bibliografia Complementar

CATHARINO, J. M. Compendio de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 1981.

SALEM NETO, J. Vademecum do direito do trabalho. São Paulo: IOB Thomson, 2004.

OLIVEIRA, A. Prática do direito trabalhista e previdenciário de acordo com a Constituição. São Paulo: Atlas, 1992.

OLIVEIRA, A.. Estágio, trabalho temporário e trabalho de tempo parcial. SP: Atlas, 2009.

MANUS, P. P. T. Direito do trabalho na nova Constituição. São Paulo: Atlas, 1989.

SILVA, J. A. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2012.

SUSSEKIND, A. Direito constitucional do trabalho. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

NOME DA DISCIPLINA: **MATEMÁTICA FINANCEIRA C/H 102**

Ementa: Matemática Básica. Juros simples e compostos. Descontos simples e compostos. Equivalência de capitais. Taxa: nominal, efetiva, equivalente e over. Empréstimos de curto e longo prazo. Séries de pagamentos. Sistemas de amortizações. Correção monetária. Equivalência de fluxo de caixa. Operações práticas com uso de ferramentas específicas.

Bibliografia Básica

CRESPO, A. A. Matemática financeira fácil. São Paulo: Saraiva, 2002.

MARCONDES, O. Matemática financeira. São Paulo: Ática, 1990.
SOUZA, A.; CLEMENTE, A. Decisões financeiras e análise de investimentos: fundamentos, técnicas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2001.
TOSI, A. J. Matemática Financeira com utilização da HP 12C. São Paulo, editora Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar

ASSAF NETO, A. Matemática Financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 2001.
BRANCO, A. C. C. Matemática Financeira Aplicada - Método Algébrico, Hp 12c e Microsoft Excel. São Paulo, Editora Thomson Learning, 2005.
CARVALHO, T. M. Matemática Comercial e Financeira: complementos de Matemática. Rio de Janeiro: FENAME, 1977.
PUCCINI, A. L. Matemática financeira: objetiva e aplicada. São Paulo: Saraiva, 1998.
VERAS, L. L. Matemática financeira. São Paulo: Atlas, 1991.

NOME DA DISCIPLINA: **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM CONTABILIDADE C/H 68**

Ementa: A produção do conhecimento científico. Tipos de pesquisa científica em Ciências Contábeis. Interdisciplinaridade em pesquisas científicas: aspectos econômico-financeiros das organizações; o desenvolvimento demográfico decorrente das questões de gênero, etárias, étnico-raciais e culturais; a relação da sociedade às diferenças sociais - o estatuto do idoso, a cultura afro-brasileira e africana. Formatação de trabalhos científicos conforme normas ABNT. Instrumentos de coleta e análise de dados. A construção do projeto de pesquisa. Metodologia e apresentação de trabalhos científicos.

Bibliografia Básica

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. Pioneira, 2000.
DIAS, G. F. Atividades interdisciplinares de educação ambiental. São Paulo: Global Editora, 2015.
PEDRINI, A. G.; SAITO, C. H. Paradigmas metodológicos em educação ambiental. São Paulo: Editora Vozes, 2015.
SATO, M.; CARVALHO, I. Educação ambiental: pesquisa e desafios. Artmed Editora, 2009.
STAKE, R. E. Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam; tradução: Karla Reis; revisão técnica: Nilda Jacks. Porto Alegre: Penso, 2011.
YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos; tradução Ana Thorell; revisão técnica Cláudio Damacena. 4. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2010.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, M. M. Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
BALSINI, C. P. V. Estratégias de pesquisa em estudos organizacionais: vínculos paradigmáticos e questões práticas. Biguaçu: Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade do Vale do Itajaí, 2007.
BASTOS, C. L.; KELLER, V. Aprendendo a aprender: introdução a metodologia científica. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
FACHIN, O. Fundamentos de Metodologia. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006
GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. Pesquisa qualitativa nas organizações-paradigmas estratégias e métodos. -2. ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

HUTCHISON, D. Educação ecológica: ideias sobre consciência ambiental. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

LEFF, H. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: PERÍCIA CONTÁBIL E ARBITRAGEM C/H 68

Ementa: Conceito e tipos. Processo judicial. Prova pericial. O perito judicial e o assistente técnico. Responsabilidade e ética. Impedimento e suspeição. Planejamento. Honorários periciais. Planejamento, execução e conclusão dos trabalhos periciais. Laudo pericial. Aplicações da perícia contábil. Arbitragem.

Bibliografia Básica

ALBERTO, V. L. P. Perícia contábil. São Paulo: Atlas, 1996.

ALBERTO, V. L. P. Perícia contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Decreto Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1942. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda livros, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma Brasileira de Contabilidade NBC PP01, de 27 de fevereiro de 2015. Dá nova redação à NBC PP01 Perito Contábil. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPP01.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Norma Brasileira de Contabilidade NBC PP02, de 21 de outubro de 2016. Aprova a NBC PP 02 que dispõe sobre o exame de qualificação técnica para perito contábil. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPP02.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TP01, de 27 de fevereiro de 2015. Dá nova redação à NBC TP01 Perícia Contábil. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTP01.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Norma Brasileira de Contabilidade NBC PG 12(R3) EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA, de 24 de novembro de 2017. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPG12\(R3\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPG12(R3).pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Resolução nº 1.502, de 19 de fevereiro de 2016. Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dá outras providências. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1502.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2018

_____. Resolução nº 803, de 10 de outubro de 1996. Aprova o Código de Ética Profissional do Contador (CEPC). Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_803.doc>. Acesso em: 05 fev. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 233, de 13 de julho de 2016.

Dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2310>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

COSTA, J. C. D. Perícia contábil: aplicação prática. São Paulo: Atlas, 2017.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. Manual do perito contábil: exemplos, modelos e exercícios. São Paulo: Atlas, 2018.

HOOG, W. A. Z. Prova pericial contábil. 14. ed. Curitiba: Juruá, 2017.

MOURA, R. Perícia contábil: judicial e extrajudicial. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.

MULLER, A. N.; TIMI, S. R. R.; HEIMOSKI, V. T. M. Perícia contábil. São Paulo: Sarai-va, 2017.

ORNELAS, M. M. G. Perícia contábil. São Paulo: Atlas, 1995.

ORNELAS, M. M. G. Perícia contábil. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SÁ, A. L. Perícia contábil. São Paulo: Atlas, 1997.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Instrução Normativa nº 7, de 20 de setembro de 2016. Cadastro de Auxiliares da Justiça (CAJU). Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/publicacao_documentos/materias/ajax.do;jsessionid=caf37f6221b1caddec5e468aab33?

[tjpr.url.crypto=8a6c53f8698c7ff7801c49a82351569545dd27fb68d84af89c7272766cd6fc9f3f4c2fa0c62c725d481c2f4e6de53e218bf440087b6b30641a2fb19108057b53eef286ec70184c](https://portal.tjpr.jus.br/publicacao_documentos/materias/ajax.do;jsessionid=caf37f6221b1caddec5e468aab33?)>. Acesso em: 05 fev. 2018.

ZANNA, R. D. Prática de perícia contábil. 5. ed. São Paulo: IOB 2016.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. Dispõe sobre a arbitragem. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9307.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. Manual de orientação de procedimentos para cálculos na Justiça Federal. Disponível em: <http://www.jf.jus.br/phpdoc/sicom/arquivos/pdf/manual_de_calculos_revisado_ultima_versao_com_resolucao_e_apresentacao.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Arbitragem: a contabilidade como instrumento de decisão. Porto Alegre: CRC RS, 1999.

HOOG, W. A. Z. Perícia contábil em ações de prestação de contas. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2016.

_____. Resolução de sociedade e avaliação do patrimônio na apuração de haveres. 6. ed. Curitiba: Juruá, 2015.

IMHOF, C. Lei de recuperação de empresas e falência: interpretada artigo por artigo. 2. ed. Balneário Camboriú: Publicações Online, 2012.

MAGALHAES, A. D. F.; et al. Perícia contábil: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional. Casos práticos. São Paulo: Atlas, 1995.

_____; LUNKES, I. C. Perícia contábil nos processos cível e trabalhista: o valor informacional da contabilidade para o sistema judiciário. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. Perícia contábil: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MANOEL, R. C.; FERREIRA JUNIOR, V.. Perito-contador com foco na área econômico-financeira. Curitiba, PR: Juruá, 2008.

MULLER, A. N.; ANTONIK, L. R. Cálculos periciais: efeitos inflacionários, números índi-

ces, indexadores e sistemas de amortização. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2013.
NEVES, A. G. Curso de perícia contábil. 3. ed. São Paulo: LTr, 2012.
PIRES, M. A. A. Laudo pericial contábil: com estudos de laudos periciais judiciais e modelos de petições. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2015.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Manual da função de pagamento dos honorários dos auxiliares da justiça. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/home?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=%2F&_101_assetEntryId=7240915&_101_type=document&_101_showComments=true&_101_redirect=https%3A%2F%2Fwww.tjpr.jus.br%2Fhome%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_groupId%3D0%26_3_keywords%3Dmanual%2Bcaju%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_redirect%3D%252F>. Acesso em: 05 fev. 2018.
ZANLUCA, J. C. Manual de perícia contábil. São Paulo: Portal Tributário, 2016.
ZANNA, R. D. Contabilidade instrumental para peritos. 2. ed. São Paulo: IOB 2016.
_____. Perícia contábil em matemática financeira. 4. ed. São Paulo: IOB 2015.

NOME DA DISCIPLINA: PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL C/H 68

Ementa: Aspectos cognitivos no ambiente organizacional. As informações da contabilidade como esquemas cognitivos que interpretam a realidade das organizações. Reflexividade, atitude proativa e liderança dos agentes. Comportamento e mudança organizacional: o enfrentamento às diferenças etárias, étnico-raciais, de gênero e culturais. A influência da cultura afro-brasileira e africana e as discussões acerca do estatuto do idoso no processo de constituição do pensamento organizacional. Relações interpessoais no desenvolvimento de grupos multidisciplinares.

Bibliografia Básica

CHANLAT, J. F. (coord.). O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1994.
LIMONGE-FRANÇA, A. C. As pessoas na organização. São Paulo: Editora Gente, 2002.
ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J.E.; BASTOS, A.V.B.(Org.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar

AQUIAR, M. A. F. Psicologia Aplicada à administração: teoria crítica e a questão ética nas organizações. São Paulo: Excellus, 1997.
BERGAMINI, C. W. Psicologia Aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional. São Paulo: Atlas, 1982.
BITTENCOURT, C (Org.). Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais. Porto Alegre: Bookman, 2004.
FREITAS, A. B. A Psicologia, o Homem e a Empresa. São Paulo: Atlas, 1991.
SCHEIN, E.H. Psicologia Organizacional. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

NOME DA DISCIPLINA: SISTEMAS CONTÁBEIS I C/H 68

Ementa: Noções gerais sobre informática. Softwares aplicativos: processadores de texto, planilhas eletrônicas, Internet. Constituição de empresas. Aspectos iniciais de sistemas de recursos humanos e fiscais. Sistemas contábeis: plano de contas,

lançamentos contábeis, livros obrigatórios e auxiliares, balancete de verificação e demonstrações contábeis.

Bibliografia Básica

GIL, A. L. Sistema de informações: contábil, financeiros. São Paulo: Atlas, 1995.
PADOVEZE, C. L. Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
SOUZA, A. A.; GIL, A. L. Sistemas de Informações Contábil/Financeiros. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de Informação Gerenciais. 9ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
POLLONI, E. G. F. Administrando sistemas de informação. São Paulo: Futura, 2000.
OLIVEIRA, E. Contabilidade Informatizada: teoria e prática. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
O'BRIEN, J. A. Sistemas de informações e as decisões gerenciais na era da internet. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
TURBAN, E. Introdução à Sistema de Informação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
ZENONE, L. C. Customer relationship management (CRM) conceitos e estratégias: mudando a estratégia sem comprometer o negócio. São Paulo: Atlas, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: **SISTEMAS CONTÁBEIS II C/H 102**

Ementa: Aspectos práticos da contabilidade: estruturação de plano de contas, contabilização dos estoques de materiais, produtos em processo de produção e produtos acabados, folha de pagamento, operações com mercadorias, operações financeiras, depreciação, amortização e exaustão. Lançamentos de aspectos fiscais e patrimoniais. Levantamento das demonstrações contábeis. Obrigações contábeis: elaboração da escrituração contábil fiscal e da escrituração contábil digital.

Bibliografia Básica

GIL, A. L. Sistema de informações: contábil, financeiros. São Paulo: Atlas, 1995.
PADOVEZE, C. L. Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
SOUZA, A. A.; GIL, A. L. Sistemas de Informações Contábil/Financeiros. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de Informação Gerenciais. 9ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
POLLONI, E. G. F. Administrando sistemas de informação. São Paulo: Futura, 2000.
OLIVEIRA, E. Contabilidade Informatizada: teoria e prática. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
O'BRIEN, J. A. Sistemas de informações e as decisões gerenciais na era da internet. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
TURBAN, E. Introdução à Sistema de Informação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
ZENONE, L. C. Customer relationship management (CRM) conceitos e estratégias: mudando a estratégia sem comprometer o negócio. São Paulo: Atlas, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: SOCIOLOGIA APLICADA ÀS ORGANIZAÇÕES C/H 68

Ementa: A construção do conhecimento. Educação e direitos humanos. O desenvolvimento dos aspectos demográficos decorrentes das questões etárias e de gênero. A sociologia e o desenvolvimento das organizações. As relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana no desenvolvimento das organizações. A evolução do trabalho no contexto neoliberal de livre comércio. A contabilidade como um conjunto interligado de práticas sociais. A contabilidade como um meio de sanção das relações sociais. A contabilidade como estrutura de poder nas organizações.

Bibliografia Básica

BERNARDES, C. Sociologia aplicada à administração. São Paulo: Atlas, 1995.

CHANLAT, J-F. O Indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, C.B. O que é sociologia. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Bibliografia Complementar

BERGER, P. Perspectivas sociológicas. Petrópolis: Vozes, 1986

DEMO, P. Sociologia: uma introdução crítica. São Paulo: Atlas, 1987.

GIDDENS, A. Capitalismo e moderna teoria social. Lisboa: Presença, 1990.

VILA NOVA, S. Introdução à Sociologia. São Paulo: Atlas, 1995.

WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da UnB, 1991.

NOME DA DISCIPLINA: TEORIA DA CONTABILIDADE C/H 68

Ementa: As escolas americana e europeia e o desenvolvimento do pensamento contábil. Estrutura Conceitual da Contabilidade. Postulados, Princípios e Convenções Contábeis. Conceitos, avaliação e mensuração de ativos e passivos. Patrimônio líquido. Receitas e ganhos, despesas e perdas. Mensuração do Lucro. Evidenciação. Análise da contabilidade por meio de teorias normativas e positivistas.

Bibliografia Básica

BURRELL, G.; MORGAN, G. Sociological paradigms and organizational analysis. London: Heinemann, 1979.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

SUNDER. S. Teoria da contabilidade e do controle. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar

GIDDENS, A. A constituição da sociedade; tradução Álvaro Cabral. – 3. ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

GUARIDO FILHO, E. R.; COSTA, M. C. Contabilidade e institucionalismo organizacional: fundamentos e implicações. Revista Contabilidade e Controladoria-RC&C, v. 4, n. 1, 2012.

IUDÍCIBUS, S. Teoria da Contabilidade. 7ª ed., São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A. B.. Teoria Avançada da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2004.

WANDERLEY, C. A.; CULLEN, J. Management accounting research: mainstream versus alternative approaches. Contabilidade Vista & Revista, v. 22, n. 4, p. 15-44, 2013.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

NOME DA DISCIPLINA: **CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR C/H 68**

Ementa: Estado, Mercado e Terceiro Setor: Conceitos. Aspectos legais, formas, arranjos e tipos de organizações do Terceiro Setor. Atividade contábil aplicada ao Terceiro Setor. Fundos especiais (utilização, controle e contabilização). Elaboração e análise das demonstrações contábeis para organizações do terceiro setor. Avaliação de desempenho e procedimentos de accountability. Atuação das entidades do terceiro setor quanto aos aspectos demográficos, culturais, étnico-raciais, de gênero e ambientais.

Bibliografia Básica

ARAUJO, O. C. Contabilidade para organizações do terceiro setor. São Paulo: Atlas, 2005.
DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. Ed. 9. São Paulo: Editora Gaia, 2010.
OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor): inclui capítulo sobre contabilidade por fundos. São Paulo: Atlas, 2008.
REIGOTA, M. O que é educação ambiental. São Paulo: Brasiliense, 2017.
TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, E. P. Contabilidade e gestão ambiental. São Paulo: Atlas, 2004.
TACHIZAWA, T. Organizações não governamentais e terceiro setor. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar

CARDOSO, R.; et al. Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
CAVALCANTI, M. Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2006.
MONTAÑO, C. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. SP: Cortez, 2002.
MOURA CARVALHO, I. C. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. Cortez Editora, 2017.
RIBEIRO, M. S. Contabilidade ambiental. São Paulo: Saraiva, 2005.
CABRAL, E. H. S. Terceiro setor: gestão e controle social. São Paulo: Saraiva, 2007.
RUGGERI, R. G. Gerenciamento de Projetos no terceiro setor. Rio de Janeiro: Brasport, 2011.

NOME DA DISCIPLINA: **CONTABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE C/H 68**

Ementa: Desenvolvimento social e as diferenças demográficas, étnico-raciais, culturais e de gênero. Sustentabilidade. Responsabilidade social e ambiental das empresas: história e perspectivas teóricas. Política nacional ambiental. Educação ambiental. Empreendedorismo social. Relatórios e demonstrações contábeis que contemplam aspectos sociais e ambientais. Indicadores de análise social e de sustentabilidade. Normas e diretrizes nacionais e internacionais, compulsórias e voluntárias.

Bibliografia Básica

BRASIL. ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio

Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. 3 ed. Brasília: MMA, DF, 2005.

DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. Ed. 9. São Paulo: Editora Gaia, 2010.

REIGOTA, M. O que é educação ambiental. São Paulo: Brasiliense, 2017.

GOMES, A.; MORETTI, S. Responsabilidade e o Social: uma discussão sobre o papel das empresas. São Paulo: Saraiva, 2007.

KROETZ, C. E. S. Balanço Social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

REIS, C. N.; MEDEIROS, L. E. Responsabilidade Social das empresas e Balanço Social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar

DIAS, G. F. Atividades interdisciplinares de educação ambiental. São Paulo: Global Editora, 2015.

FIGUEIREDO, F. O. Contabilidade Social. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

FILELLINI, A. Contabilidade Social. São Paulo: Atlas, 1988.

HADDAD, P. R. Contabilidade Social. e economia regional: análise de insumo - produto. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Guia de elaboração do Balanço Social. São Paulo: Instituto Ethos, 2006.

MOURA CARVALHO, I. C. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. Cortez Editora, 2017.

ROSSETTI, J. P. Contabilidade Social. São Paulo: Atlas, 1990.

NOME DA DISCIPLINA: **CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS C/H 68**

Ementa: Modelo contábil para pequenas e médias empresas. Gestão de pequenas e médias empresas. Demonstrações contábeis para fins gerenciais. Políticas de financiamento e programas de incentivos.

Bibliografia Básica

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Contabilidade para pequenas e médias empresas: normas brasileiras de contabilidade: NBC TG 1000/ Conselho Federal de Contabilidade. 2. ed. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/17_Contabilidade-para-pequenas-e-medias-empresas.pdf.

IUDÍCIBUS, S. de. et al. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades, de acordo com as normas internacionais de contabilidade e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S.; et al. Contabilidade introdutória. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, J. C. Contabilidade básica. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARION, J. C. Contabilidade básica. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, L. M.; et al. Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas. SP: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas. Brasília, DF: CFC, SEBRAE, 2002.

FARAH, O. E.; CAVALCANTI, M.; MARCONDES, L. P. (Orgs.). Empreendedorismo estratégico: criação e gestão de pequenas empresas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SANTOS, R. C. (org). Manual de gestão empresarial: conceitos e aplicações nas empresas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2007.
SOUSA, A. Gerência financeira para micro e pequenas empresas: um manual simplificado. Rio de Janeiro: Elsevier: SEBRAE, 2007
LEMES JUNIOR, A. B.; PISA, B. J. Administrando micro e pequenas empresas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL C/H 68

Ementa: Direito Ambiental e Meio Ambiente; Desenvolvimento Ambiental Sustentável; Biodiversidade e Educação Ambiental; Caracterização da Educação Ambiental em âmbito Público e Privado; O Princípio Educativo como Estratégia de Preservação Ambiental; Patrimônio Ambiental Nacional. Competência Ambiental; Política Nacional do Meio Ambiente e Sistema Nacional de Meio Ambiente, SISNAMA; Estudo de Impacto Ambiental, Relatório de Impacto Ambiental, RIMA; Licenciamento Ambiental; Zoneamento Ambiental e Auditoria Ambiental; Direito Tributário Ambiental; Direito Administrativo Ambiental.

Bibliografia Básica:

BESSA, P. A. Direito Ambiental. 14^a ed. São Paulo: Atlas, 2008.
CONSTANTINO, C. E. Delitos ecológicos: a lei ambiental comentada artigo por artigo. Aspectos penais e processuais penais. São Paulo: Atlas, 2002.
DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. Ed. 9. São Paulo: Editora Gaia, 2010.
GUERRA, S.. Curso de Direito Ambiental. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro. 20^a ed. São Paulo, Malheiros, 2008.
PHILIPPI JR, A.; ALVES, A. C. Curso interdisciplinar de direito ambiental. Barueri, SP: Manole, 2005.
REIGOTA, M. O que é educação ambiental. São Paulo: Brasiliense, 2017.
SIRVINKAS, L. P. Manual de direito ambiental. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 set. 1981.
BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999.
BELTRÃO, A. Manual de Direito Ambiental. São Paulo: Método, 2008.
LIMA, L. H. Controle do patrimônio ambiental brasileiro: a contabilidade como condição para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2001.
MUKAI, T. Direito ambiental: sistematizado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.
RAGGI, J. P. Perícias ambientais: solução de controvérsias e estudo de casos. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.
SILVA, A. K. P.; et al. Reuso de água e suas implicações jurídicas. São Paulo: Navegar, 2003.
SILVA, J. A. Direito Ambiental Constitucional. 9^a ed. São Paulo: Malheiros: São Paulo, 2011.
FREITAS, V. P.; FREITAS. G. P. Crimes contra a Natureza 9^a ed. São Paulo: RT, 2012.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO DO CONSUMIDOR C/H 68

Ementa: Legislação aplicável à relação de consumo. Configuração da relação de consumo. Sujeitos da relação de consumo: fornecedor e consumidor. Direitos e obrigações dos sujeitos da relação de consumo. Produto e serviço. Qualidade de Produtos e Serviços. Prevenção e Reparação de Danos. Práticas Comerciais. Proteção Contratual. Sanções Administrativas. Crimes relacionados à relação de consumo. Disposições Gerais sobre a Defesa do Consumidor em Juízo.

Bibliografia Básica

DENSA, R. Direito do consumidor. São Paulo: Atlas, 2005.

GAMA, H. Z. Curso de direito do consumidor. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

NUNES JUNIOR, V. S.; SERRANO, Y. A. P. Código de defesa do consumidor interpretado: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, J. B. Manual de direito do consumidor. São Paulo: Saraiva, 2003.

DE LUCCA, N. Direito do consumidor: aspectos práticos, perguntas e respostas. Bauru, SP: EDIPRO, 2000.

MARQUES, F. O. Código de defesa do consumidor, legislação de defesa comercial e da concorrência, legislação das agências reguladoras. Constituição Federal atualizada até 05.01.2004. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MARTINS, Plínio Lacerda. Anotações ao código de defesa do consumidor: conceitos e noções básicas, atualizada com o Código Civil de 2002.

NASCIMENTO, Tupinamba M. C. Responsabilidade civil no código do consumidor. Rio de Janeiro: Aide, 1991.

NOME DA DISCIPLINA: ECONOMIA INTERNACIONAL E COMÉRCIO EXTERIOR C/H 68

Ementa: Contextualização do Comércio Internacional. Políticas comerciais tarifárias e não-tarifárias. Integração Econômica. Balanço de pagamentos. Mercado cambial. Sistema Brasileiro de Comércio Exterior. Incoterms. Regulamentação do Comércio Internacional.

Bibliografia Básica

ELLSWORTH, P. T. Economia internacional. São Paulo: Atlas, 1978.

KINDLEBERGER, C. P. Economia internacional. São Paulo-Brasília: Mestre Jou/INL, 1974.

SILVA, A. Economia internacional: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1981.

Bibliografia Complementar

LOURENCO, G. M. Economia brasileira: da construção da indústria a inserção na globalidade. Curitiba, PR: Editora do Autor, 2005.

QUEIROZ, J. M. V. Brasil: exportação e importação. Rio de Janeiro: APEC, 1974.

RESENDE, L. S. Exportação: organização para exportar, rotinas e procedimentos, canais de distribuição. São Paulo: Atlas, 1983.

RESENDE, L. S.; GARCIA, L. M. Incentivos à exportação: aplicações práticas, implicações contábeis, leasing, serviços, financiamento. São Paulo: Atlas, 1978.

RESENDE, L. S.; Trading Company Brasileira: empresa comercial exportadora. São Paulo: Atlas, 1977.

SILVA, C. R. L.; LUIZ, S. Economia e mercados: introdução à economia. São Paulo: Saraiva, 1982.

TAVARES, M. C. Da substituição de importações ao Capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

NOME DA DISCIPLINA: FINANÇAS CORPORATIVAS C/H 68

Ementa: Conceitos e procedimentos de planejamento financeiro. Fontes de financiamento e alternativas de aplicações de recursos. Análise de risco e retorno. Gestão do capital de giro. Estrutura de capital e gestão do custo de capital. Política de dividendos. Valuation.

Bibliografia Básica

ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. 6a ed.. São Paulo: Atlas, 2012.

DAMODARAN, A. Introdução à avaliação de investimentos: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo. Tradução: Kleber Nunes. RJ: Qualitymark, 2009

LEAL, R. P. C.; COSTA JR, N. C. A.; LEMGRUBER, E. F. Finanças corporativas. São Paulo: Atlas, 2001

Bibliografia Complementar

BRITO, O. Gestão de riscos: uma abordagem orientada a riscos operacionais. São Paulo: Saraiva, 2007.

COSTA JUNIOR, N. C. A.; LEAL, R. P. C.; LEMGRUBER, E. F. Mercado de capitais: análise empírica no Brasil. São Paulo: Atlas, 2006.

DAMODARAN, A. Gestão estratégica do risco: uma referência para a tomada de riscos empresariais. Porto Alegre, RS: Bookman, 2009.

GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira. São Paulo: Harper e Row do Brasil, 1997.

MATIAS, A. B. (Coord). Finanças corporativas de longo prazo: criação de valor com sustentabilidade financeira. São Paulo: Atlas, 2007.

NIYAMA, J. K. (Org.). Teoria avançada da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2014.

MATIAS, A. B. (Coord.). Finanças corporativas de curto prazo: a gestão do valor do capital de giro. São Paulo: Atlas, 2007.

NOME DA DISCIPLINA: JOGOS DE EMPRESAS C/H 68

Ementa: Gerenciamento de uma empresa, de forma simulada, onde a equipe é responsável pela tomada de decisões dentro do universo das disciplinas abordadas durante o programa do curso. Em um ambiente de mercado simulado, o objetivo é avaliar e mensurar a eficiência e eficácia das decisões tomadas e os impactos gerados no resultado das operações do negócio.

Bibliografia Básica

CORRÊA, H. L., GIANESI, I. G. N.; CAON, M. Planejamento, programação e controle da produção: MRP II / ERP. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 1996.

SLACK, N.; et al. Administração da produção. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002.

TANABE, M. Jogos de Empresas. Dissertação. Mestrado. USP. São Paulo. 1977.

Bibliografia Complementar

BEPPU, C. I. (1984). Simulação em forma de “jogo de empresas” aplicada ao ensino da

Contabilidade (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

BERNARD, R. R. S. Estrutura de utilização dos jogos de empresas nos cursos de graduação em administração e ciências contábeis do país e avaliações preliminares de uma disciplina baseada neste método. Anais do Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração, São Luiz, MA, Brasil, 17. 2006.

MOURA, R. A. Kanban: a simplicidade do controle da produção. 5ª Edição. São Paulo: IMAM, 1999.

TUBINO, D. F. Manual de Planejamento e Controle da Produção. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2000.

TUBINO, D. F. Sistemas de produção: a produtividade no chão de fábrica. Porto Alegre: Bookman, 1999.

NOME DA DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA II C/H 68

Ementa: Direito Sindical. Segurança no trabalho. Trabalho insalubre e perigoso. Responsabilidade civil dos sujeitos da relação laboral. Cálculos trabalhistas. Estrutura administrativa dos órgãos públicos. Estrutura da Justiça do Trabalho. Processo Judicial Trabalhista. Normatização trabalhista através do Poder Judiciário. Tópicos Contemporâneos em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho.

Bibliografia Básica

CARRION, V. Comentários a consolidação das leis do trabalho. São Paulo: Atlas, 1995

MARTINS, S. P. Fundamentos do direito da seguridade social. São Paulo: Atlas, 2012.

NASCIMENTO, A. M. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2007.

NASCIMENTO, A. M. Direito do Trabalho na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 1991.

NASCIMENTO, A. M. Iniciação do direito do trabalho. São Paulo: LTR, 1992.

NASCIMENTO, A. N. Iniciação ao direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2013.

Bibliografia Complementar

CATHARINO, J. M. Compendio de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 1981.

SALEM NETO, J. Vademecum do direito do trabalho. São Paulo: IOB Thomson, 2004.

OLIVEIRA, A. Prática do direito trabalhista e previdenciário de acordo com a Constituição. São Paulo: Atlas, 1992.

OLIVEIRA, A.. Estágio, trabalho temporário e trabalho de tempo parcial. SP: Atlas, 2009.

MANUS, P. P. T. Direito do trabalho na nova Constituição. São Paulo: Atlas, 1989.

SILVA, J. A. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2012.

SUSSEKIND, A. Direito constitucional do trabalho. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

NOME DA DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS C/H 68

Ementa: Aspectos Históricos: cultura surda, identidade e língua de sinais. Estudo da legislação e das políticas de inclusão de pessoas com surdez. O ensino de Libras e noções básicas dos aspectos linguísticos. Introdução às práticas de compreensão e produção em LIBRAS por meio do uso de estruturas e funções comunicativas elementares.

Bibliografia Básica:

GESSER, A. Libras? que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de

sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009
SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
STROBEL, K. L. Falando com as mãos: LIBRAS, Linguagem Brasileira de Sinais. Curitiba: SEED : SUED : DEE, 1998.
STREIECHEN, E. M.. LIBRAS: aprender está em suas mãos. Curitiba, PR: CRV, 2013.

Bibliografia Complementar:

CAPOVILLA, Fernando Cesar; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FELIPE, T. MONTEIRO, M. S. Libras em Contexto: curso básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretária de Educação Especial, 2001.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Língua de Sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PARANA. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial. Aspectos linguísticos da Libras. Curitiba: SEED/DEE, 1998.

PARANA. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial. Falando com as Mãos. Curitiba: SEED/DEE, 1998.

Sites para consultas:

www.dicionariolibras.com.br

www.feneis.com.br

www.ines.gov.br

NOME DA DISCIPLINA: LÍNGUA INGLESA C/H 68

Ementa: Desenvolvimento da língua inglesa: ouvir, falar, ler e escrever em nível básico. Funções comunicativas básicas da língua inglesa. Leitura de textos técnicos em língua inglesa. Interação e desenvolvimento das habilidades linguísticas para ampliação do universo cognitivo, cultural e técnico do aluno.

Bibliografia Básica

BYBEE, J. Phonology and Language Use. Cambridge University Press, 2001. CHASER, B. T.; MILNER, M.; JOHANNSEN, K. L. World English 1 - Student's Book. 2a. Ed. Thomson Heinle, 2015

VIAN JR., O. Inglês instrumental, inglês para negócios e inglês instrumental para negócios. D.E.L.T.A., vol.15, no. Especial: 1999. 437-457

Bibliografia Complementar

BERBER-SARDINHA, T.; SHEPHERD, T.M.G.; DELEGÁ-LÚCIO, D. (Orgs). Tecnologias & mídias no ensino de inglês – O corpus nas “receitas”. São Paulo: Macmillan. 2012.

DUBICKA, I.; O'KEEFFE, M. Market leader – advanced business English course book. Essex: Pearson. 2006.

SWAN, M. Practical English Usage. Oxford: Oxford University Press, 2005.

TRAPPE, Tonya & TULLIS, Graham. Intelligent business – upper intermediate. Essex: Pearson. 2006.

YULE, G. The Study of Language. 4th Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

NOME DA DISCIPLINA: MERCADO DE CAPITAIS C/H 68

Ementa: Estrutura do sistema financeiro nacional. Aspectos do mercado de capitais. Mercado Acionário. Bolsa de valores, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e bancos de investimento. Mercado primário e secundário de ações. Análise de risco e retorno. Decisões de investimento.

Bibliografia Básica

CAVALCANTI FILHO, F. S. Mercado de capitais. Belo Horizonte: CNBV, 1998.
COSTA JUNIOR, N. C. A.; LEAL, R. P. C.; LEMGRUBER, E. F. Mercado de capitais: análise empírica no Brasil. São Paulo: Atlas, 2006.
TOLEDO FILHO, J. R. Mercado de capitais brasileiro: uma introdução. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

Bibliografia Complementar

ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. 6a ed.. São Paulo: Atlas, 2012.
DAMODARAN, A. Introdução à avaliação de investimentos: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo. Tradução: Kleber Nunes. RJ: Qualitymark, 2009.
DAMODARAN, A. Gestão estratégica do risco: uma referência para a tomada de riscos empresariais. Porto Alegre, RS: Bookman, 2009.
GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira. São Paulo: Harper e Row do Brasil, 1997.
LEAL, R. P. C.; COSTA JR, N. C. A.; LEMGRUBER, E. F. Finanças corporativas. São Paulo: Atlas, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM – 68 H/A

Ementa: Importância da linguagem. Comunicação e Argumentação. As qualidades do bom orador. Técnicas para a oratória de qualidade. Prática de oratória. Estudo do texto técnico: conteúdo, linguagem e estrutura. Coerência e coesão textuais. Características e normas da redação técnica e científica. Classificação e características da redação comercial. Programação visual de textos. Produção e interpretação de textos técnicos. Redação de relatórios e pareceres.

Bibliografia Básica:

POLITO, R. Assim é que se fala: como organizar a fala e transmitir ideias. São Paulo: Saraiva, 2005.
CORREA, Nereu. palavra: uma introdução ao estudo da oratória. Rio de Janeiro: Laudes : INL, 1972.
BLOCH, Pedro. Você quer falar melhor?. Rio de Janeiro: Bloch, 1974.

AQUINO, R. Interpretação de Textos: Teoria e 815 exercícios. São Paulo: Impetus, 2012.
FERREIRA, M. Redação comercial e administrativa: gramática aplicada, modelos, atividades práticas. São Paulo: Ática, 1996.
KASPARY, A.J. Redação oficial: normas e modelos. 13 ed. Porto Alegre: Edital, 1996.
KOCH, I.V.; ELIAS, V.M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.
MEDEIROS, J.B. Correspondência: técnicas de comunicação criativa. 13 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
_____. Redação empresarial. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ZILBERKNOP, L.S. Português instrumental. 21 ed. Porto Alegre: Sagra – Luzzatto, 2010

Bibliografia Complementar:

WEISS, D. H. Como falar em publico. Técnicas eficazes para discursos e apresentações. São Paulo: Nobel, 1991.

OSAKABE, H. Argumentação e discurso político. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CARNEGIE, D.; CARNEGIE, D. Como falar em publico e influenciar pessoas no mundo dos negócios. Rio de Janeiro: Record, 1962.

OLIVEIRA, M. Como persuadir, falando. Rio de Janeiro: Ediouro, 1990.

ABREU, A.S. Curso de Redação. 6 ed. São Paulo: Ática, 1997.

ANDRADE, M.M.; HENRIQUES, A. Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FARACO, C.A.; TEZZA, C. Prática de texto para estudantes universitários. 11ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

GOLD, M. Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização. São Paulo: Makron Books, 1999.

MARTINS, D.S.; ZILBERKNOP, L.S. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 24 ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2003.

MOTTA-ROTH, D. HENDGES, G.H. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

TUFANO, D. Guia Prático da Nova Ortografia: saiba o que mudou na ortografia brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

NOME DA DISCIPLINA: RACIOCÍNIO LÓGICO C/H 68

Ementa: Desenvolvimento de técnicas formais em lógica matemática para o desenvolvimento do raciocínio lógico e dedutivo, bem como, para a enunciação e resolução de problemas relacionados. Tabela verdade. Proposições, equivalência lógica, lógica da argumentação, implicações lógicas e diagramas lógicos. Dedução, indução ou analogia.

Bibliografia Básica

ROCHA, E. Raciocínio logico: você consegue aprender, teoria e questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

THIRY, P. Noções de logica. Lisboa, POR: Edições 70, 1996.

BARROS, D. M. Enigmas, desafios, paradoxos e outros divertimentos lógicos e matemáticos. Aracatuba, SP: Novas Conquistas São Paulo Editora, 200

MACHADO, N. J. Matemática e língua materna: análise de uma impregnação mútua. São Paulo: Cortez, 1993.

Bibliografia Complementar

LURIA, A. R. Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais. São Paulo: Icone, 1994.

MACHADO, N. J.; CUNHA, M. O. Lógica e linguagem cotidiana: verdade, coerência, comunicação, argumentação. Belo Horizonte, MG: Autentica, 2008.

GIOVANNI, J. R.; GIOVANNI JUNIOR, J. R. A conquista da matemática: teoria e aplicação. São Paulo: FTD, 1992.

D'AMBROSIO, U. Educação matemática: da teoria a pratica. Campinas, SP: Papirus, 1996.

MAIO, W. Fundamentos de matemática: álgebra, estruturas algébricas básicas e fundamentos da teoria dos números. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

NOME DA DISCIPLINA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO C/H 68

Ementa: Conceitos básicos de informática e aplicativos básicos de editoração eletrônica (textos, planilhas, navegadores de internet). Pensamento sistêmico: a organização como sistema. Tecnologia da informação: conceitos, componentes e programação (hardware, software, redes e gestão de banco de dados). Gestão estratégica da informação. Sistemas integrados da contabilidade gerencial e a utilização da TI na gestão empresarial: ERP, CRM, E-commerce, E-business, etc. Tendências de novas tecnologias de informação.

Bibliografia Básica

LAUDON, K. C. LAUDON, J. P. Sistemas de Informação Gerenciais. 9ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

POLLONI, E. G. F. Administrando sistemas de informação. São Paulo: Futura, 2000.

SOUZA, A. A.; GIL, A. L. Sistemas de Informações Contábil/Financeiros. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar

GIL, A. L. Auditoria de computadores. São Paulo: Atlas, 1989.

O'BRIEN, J. A. Sistemas de informações e as decisões gerenciais na era da internet. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

OLIVEIRA, E. Contabilidade Informatizada: teoria e prática. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TURBAN, E. Introdução à Sistema de Informação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ZENONE, L. C. Customer relationship management (CRM) conceitos e estratégias: mudando a estratégia sem comprometer o negócio. São Paulo: Atlas, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS EM CONTABILIDADE C/H 68

Ementa: Conteúdos previamente programados pelo departamento dentre temas emergentes relacionados às ciências contábeis e à profissão contábil.

Bibliografia Básica:

A bibliografia será indicada quando definida da ementa.

Bibliografia Complementar:

A bibliografia será indicada quando definida da ementa.

5.5. EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS

Matriz curricular vigente			Matriz curricular em implantação		
Código	Disciplina	Carga horária	Código	Disciplina	Carga horária
0923/I	Contabilidade Básica	136	1892/I	Contabilidade Introdutória	136
1059/I	Direito Empresarial I	102	1893/I	Direito Empresarial I	102
0925/I	Economia	102	1894/I	Economia	102
0927/I	Métodos e Técnicas de Pesquisa	68	1896/I	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade	68
0928/I	Sistemas Contábeis I	68	1898/I	Sistemas Contábeis I	68
0926/I	Matemática Financeira	102	1895/I	Matemática Financeira	102
0938/I	Psicologia Organizacional	68	1897/I	Psicologia Organizacional	68
0922/I	Administração Empresarial	102	1891/I	Administração Empresarial	102
1060/I	Sociologia das Organizações	68	1899/I	Sociologia Aplicada às Organizações	68
0932/I	Contabilidade de Custos	102	1900/I	Contabilidade de Custos	102
1142/I	Contabilidade Empresarial	102	1901/I	Contabilidade Empresarial	136
1143/I	Estrutura das Demonstrações Contábeis	68			
1890/I	Ética, Sustentabilidade e Meio Ambiente	68	1904/I	Ética, Sustentabilidade e Meio Ambiente	68
0937/I	Legislação Social e Trabalhista I	102	1906/I	Legislação Social e Trabalhista I	102
0934/I	Estatística	68	1903/I	Estatística	68
0936/I	Gestão e Estratégia Empresarial	68	1905/I	Gestão e Estratégia Empresarial	68
0941/I	Análise das Demonstrações Contábeis	102	1908/I	Análise das Demonstrações Contábeis	102
1144/1	Contabilidade Avançada	68	1909/I	Contabilidade Avançada	68
0942/I	Contabilidade e Planejamento Tributário	102	1910/I	Contabilidade e Planejamento Tributário	102
0944/I	Contabilidade Gerencial I	68	1911/I	Contabilidade Gerencial I	68
0945/I	Contabilidade Orçamentária	102	1912/I	Contabilidade Orçamentária	102
0951/I	Contabilidade Pública	102	1913/I	Contabilidade Pública I	68
			1920/I	Contabilidade Pública II	68
0946/I	Direito Empresarial II	68	1914/I	Direito Empresarial II	68
0059/I	Direito Tributário	68	1915/I	Direito Tributário	68
0947/I	Estágio Supervisionado I	102	1916/I	Estágio Supervisionado I	102
0073/I	Auditoria Contábil	68	1917/I	Auditoria Contábil	68
0948/I	Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	68	1918/I	Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	68
0950/I	Contabilidade Gerencial II	68	1919/I	Contabilidade Gerencial II	68
0952/I	Controladoria	68	1922/I	Controladoria	102
0953/I	Estágio Supervisionado II	136	1923/I	Estágio Supervisionado II	136

0078/I	Perícia Contábil	68	1924/I	Perícia Contábil e Arbitragem	68
0954/I	Teoria da Contabilidade	68	1925/I	Teoria da Contabilidade	68

5.6. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Atividades Acadêmicas Complementares – AAC

As Atividades Acadêmicas Complementares são consideradas parte integrante do curso de graduação em Ciências Contábeis e são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

São obrigatórias e devem ser comprovadas por todos os acadêmicos, regularmente matriculados, no curso e podem ser desenvolvidas em atividades de ensino, de pesquisa e de extensão e cultura.

Atividades Acadêmicas Complementares do curso de Ciências Contábeis, *Campus* de Irati, são regulamentadas pela Resolução nº 31-CONSET-SESA/I-UNICENTRO, de 16 de dezembro de 2018.

Atividades de Extensão Curricularização da Extensão

A inclusão das atividades de extensão nos cursos de graduação da UNICENTRO deu-se por meio da Resolução nº 07/2018-CEPE/UNICENTRO, a regulamentação entende que a curricularização da extensão deve (i) intensificar o contato do acadêmico com a sociedade em seu campo de atuação profissional, (ii) fortalecer a indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão, aperfeiçoado qualidade da formação acadêmica nos cursos de graduação, (iii) ampliar as ações extensionistas da UNICENTRO junto à comunidade, produzindo conhecimentos em consonância com as demandas sociais e (iv) fomentar temas de pesquisas e novas metodologias de aprendizagem a partir de vivências criativas e inovadoras junto as comunidades.

A referida norma estabeleceu, em seu artigo 5º, seis formas que as atividades de extensão podem ser contempladas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). E que os acadêmicos nas atividades de curricularização da extensão assumem uma postura ativa e protagonista da atividade extensionista, ou seja, atuam na concepção/planejamento, execução, avaliação da ação proposta, bem como do impacto sobre a sua formação estudantil e na comunidade participante/atendida.

As atividades de curricularização da extensão do Curso de Ciências Contábeis são realizadas com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais sendo formalizadas e realizadas por meio de ações previstas em programas e/ou projetos de natureza extensionista, dirigidos ao público interno e externo da Universidade, aos quais os acadêmicos estarão vinculados. As atividades da curricularização da extensão serão materializadas na seguinte forma:

1) Programas e/ou projetos de extensão desenvolvidos por professores(as) do departamento do Curso de Ciências Contábeis, Irati, UNICENTRO.

2) Programas e/ou projetos de extensão desenvolvidos por professores(as) de outros departamentos que sejam congêneres ao Curso de Ciências Contábeis, Irati, UNICENTRO.

Forma de Participação

Discentes: A participação dos discentes nas atividades de curricularização da extensão ocorre por meio de sua vinculação a programas e/ou projetos de extensão institucionalizados, conforme regulamentação da Curricularização da Extensão do Curso de Ciências Contábeis, Irati, Unicentro.

Docentes: Elaboração e coordenação de programas e/ou projetos; supervisão de projetos e/ou ações extensionistas; orientação de acadêmicos em diversas atividades de extensão.

Atividades da Curricularização da Extensão do curso de Ciências Contábeis, *Campus* de Irati, são regulamentadas pela Resolução nº 34-CONSET-SESA/I-UNICENTRO, de 28 de outubro de 2021.

Mobilidade Acadêmica

Mobilidade discente é a possibilidade do estudante, regularmente matriculado no Curso de Ciências Contábeis, cursar atividades curriculares fora do âmbito do curso ou em outras instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras.

A Mobilidade Acadêmica Internacional é regulamentada pelo Escritório de Relações Internacionais (ERI).

Será permitido ao discente fazer mobilidade acadêmica quando:

- a) Ser selecionado para a(s) atividade(s) curricular(es) pleiteada(s);
- b) Tiver integralizado, no mínimo, todas as atividades curriculares do 1º ano letivo do Curso.

Critérios e procedimentos adicionais são regulamentados por meio das Resoluções nº 50/2011 e 17/2015 – CEPE/UNICENTRO.

Inserção Acadêmica (PET, PIBID, IC, monitorias, entre outros programas)

A inserção acadêmica dar-se-á, especialmente, pelo incentivo da participação dos graduandos nos programas institucionais de Iniciação Científica e de Monitoria discente.

A Iniciação Científica (IC), busca dentre vários aspectos, especialmente incentivar a participação dos estudantes de graduação em projetos de iniciação científica, desenvolver o pensamento crítico e a prática científica nos estudantes, assegurar maior cooperação entre os discentes e docentes em atividades de pesquisa, propiciar melhoria da qualidade do ensino e qualificar os recursos humanos.

A Monitoria discente é um programa destinado aos acadêmicos regularmente matriculados em cursos de graduação. Caracteriza-se por oportunizar aos acadêmicos

monitores o desenvolvimento de ações didático-pedagógicas no âmbito das disciplinas regularmente ofertadas, tendo como objetivos: cultivar o interesse pelo magistério superior; oportunizar ao acadêmico monitor maior amplitude de conhecimentos com relação ao processo de ensino-aprendizagem; auxiliar na execução do programa da disciplina, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino de graduação; aprofundar conhecimentos teóricos e práticos, proporcionando complementação de estudos e contribuindo para a diminuição da evasão e da reprovação; auxiliar na formação de docentes para o ensino superior por meio do desenvolvimento de metodologias de ensino.

5.7. ENSINO A DISTÂNCIA

Operacionalização

A UNICENTRO, por meio da Resolução nº 17/2021 – CEPE/UNICENTRO, regulamentou a inserção na estrutura curricular, dos cursos de graduação presenciais, a oferta de carga horária de atividades educacionais a distância, até o limite de 20% da carga horária total do curso. Para tanto, os cursos de Ciências Contábeis devem auferir conceito CPC igual ou superior a 3, no último ciclo avaliativo do ENADE.

No caso do curso Ciências Contábeis, UNICENTRO, *Campus* Irati, no último ciclo avaliativo do ENADE (2018) obteve CPC 4, atendendo assim, a exigência prevista. As disciplinas e o percentual definido para as atividades educacionais a distância estão elencadas no item 5.1 Matriz Curricular – 2022.

Os acadêmicos serão orientados em relação ao desenvolvimento de atividades via Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Em paralelo a isso, utilizar-se-ão recursos tecnológicos para a realização de videoaulas e atendimento aos alunos.

Metodologia

A metodologia para as atividades educacionais a distância será descrita nos Planos de Ensino das disciplinas, que deverão ser aprovados no início do ano letivo. O professor de cada disciplina poderá desenvolver atividades síncronas e/ou assíncronas, como por exemplos: videoaulas, fóruns de discussão, espaço de interação e resolução de dúvidas, propostas de leitura e discussões, postagens de trabalhos, atividades relacionadas ao conteúdo das videoaulas, chats, jogos, vídeos didáticos, avaliações entre outras.

A metodologia deve privilegiar a construção de conhecimento compartilhado professor-aluno, oportunizando momentos de desenvolvimento da criatividade, autonomia, proatividade e liberdade para a autogestão da aprendizagem, inclusive na tentativa de projetar diferentes contextos de interação e compartilhamento de experiências.

Ferramentas

As disciplinas serão disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) oficial da UNICENTRO, que se insere, nesta perspectiva, como campo/comunidade de prática e que proporciona a perspectiva conectiva de aprendizagem.

5.8. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Descrição

A inserção das TICs no contexto educacional oferece acesso ao professor a diversas ferramentas pedagógicas digitais que podem auxiliar no processo ensino e aprendizagem.

Entre as principais TICs utilizadas, estão: (i) o computador, (ii) aparelho multimídia, (iii) a plataforma Moodle, (iv) softwares contábeis utilizados como meios didáticos, (v) *softwares* educacionais, como: Socrative Student, Mentimeter, Plickers, Kahoot.

5.9. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

C/H:	Atribuição de nota para o TCC:	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
Disciplina			
Descrição			
O trabalho de conclusão de curso é o desenvolvido na modalidade de TCC, portanto, é o próprio Estágio Curricular do Curso – ECC. Neste curso não existe disciplina de TCC.			

5.10. FORMATAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

NATUREZA DO ESTÁGIO:	<input type="checkbox"/> Supervisão Direta <input type="checkbox"/> Supervisão Semidireta <input checked="" type="checkbox"/> Supervisão Indireta	3° ano C/H: 102 a/h 4° ano C/H: 136 a/h
Atribuição de nota para o estágio (caso este não se inclua no rol de disciplinas da matriz curricular):		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Descrição		
O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Ciências Contábeis (ECC) é um componente curricular obrigatório direcionado a consolidação dos desempenhos profissionais desejados no Projeto Pedagógico do Curso, caracterizando-se como um tempo especial de aprendizagem por meio da presença participativa em ambientes próprios relacionados às atividades profissionais da área ou no desenvolvimento de pesquisas sobre temas relacionados às Ciências Contábeis.		
Operacionalização		
O estágio obrigatório no curso de Ciências Contábeis será operacionalizado da seguinte forma:		
<p>- O estágio poderá ser realizado em entidades públicas ou privadas, desenvolvido sob uma de suas modalidades: Pesquisa Científica e Técnico-Científica, conforme regulamento próprio;</p> <p>i) a modalidade Pesquisa Científica envolve as seguintes etapas: a) levantamento bibliográfico; b) projeto de pesquisa; c) referencial teórico; d) coleta de dados; e) análise</p>		

dos resultados; e, f) conclusões. Todas as etapas são devidamente acompanhadas pelos respectivos professores orientadores;

ii) a modalidade Técnico-Científica envolve as seguintes etapas: a) levantamento bibliográfico; b) plano de trabalho externo; c) referencial teórico; d) intervenção na entidade selecionada; e) coleta de dados; f) análise dos resultados; e, g) conclusões. Todas as etapas são devidamente acompanhadas pelos respectivos professores orientadores. Paralelamente, as etapas “d” e “e” serão supervisionadas por responsável designado pela entidade pesquisada (orientação indireta);

- A operacionalização do estágio transcorrerá a partir da divisão de turmas (A e B), de acordo com as linhas de pesquisas e modalidades definidas em regulamento próprio, sob a responsabilidade dos professores de estágio e coordenador geral de estágio supervisionado;

- O estágio será ofertado no 3º ano com carga horária semanal de 3 h/a, total de 102 h/a anuais; e no 4º ano com carga horária semanal de 4 h/a, total de 136 h/a anuais, de acordo com a matriz curricular do curso;

- Todas as etapas previstas nas modalidades i) Pesquisa Científica e ii) Técnico-Científica contemplam carga horária não seriada, que totalizam 198 horas, destinadas de acordo com as particularidades de cada trabalho, para atividades teóricas e de campo.

Regulamentado pela Resolução nº 9-CONSET-SESAI-UNICENTRO, de 9 de março de 2018.

5.11. FORMATAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Descrição

Conforme a Lei nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008, o estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e é observado:

- a matrícula e frequência regular do educando.
- celebração de Termo de Compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a Instituição de Ensino.
- a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso.

O estágio, como ao educativo escolar supervisionado, deve ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da Instituição de Ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios e por menção de aprovação final.

Operacionalização

Atividades ou áreas que podem ser previstas no termo de compromisso e que estão vinculadas ao perfil do curso:

- Comercial.
- Industrial.
- Serviços.
- Bancária.

- Hospitalar.
- Agropecuária.
- Administração pública.
- Filantrópicas, entre outras.

O estágio pode ocorrer a partir da 1ª série do curso e não está vinculado a nenhuma disciplina.

O Departamento indica o professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação do estagiário.

O estagiário deve apresentar a cada seis meses relatório das atividades.

O convênio de concessão de estágio pode ser celebrado com entes públicos e privados.

A jornada de atividade em estágio é definida de comum acordo entre a instituição de Ensino, a parte concedente e o aluno estagiário, devendo constar do Termo de Compromisso, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar seis horas diárias e trinta horas semanais.

5.12. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO EM VIGOR PARA A GRADUAÇÃO

Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

Os conteúdos relacionados à temática de educação das relações étnico-raciais e ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana estão presentes nas seguintes disciplinas: Administração Empresarial; Economia; Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade; Psicologia Organizacional; Sociologia Aplicada às Organizações; Ética, Sustentabilidade e Meio Ambiente; Legislação Social e Trabalhista I, Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II.

Também, nas seguintes disciplinas optativas: Contabilidade no Terceiro Setor e Contabilidade Social e Sustentabilidade.

Educação Ambiental

Os conteúdos relacionados à temática de educação ambiental estão presentes nas seguintes disciplinas: Administração Empresarial; Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade; Ética, Sustentabilidade e Meio Ambiente; Contabilidade Aplicada ao Agronegócio, Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II e Direito Administrativo.

Também, nas seguintes disciplinas optativas: Contabilidade no Terceiro Setor; Contabilidade Social e Sustentabilidade e Direito Ambiental.

Educação em Direitos Humanos

Os conteúdos relacionados à temática de educação em direitos humanos estão presentes nas seguintes disciplinas: Administração Empresarial; Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade; Psicologia Organizacional; Sociologia Aplicada às Organizações; Ética, Sustentabilidade e Meio Ambiente; Legislação Social e Trabalhista I.

Estatuto do Idoso

Os conteúdos relacionados à temática do estatuto do idoso estão presentes nas seguintes disciplinas: Administração Empresarial; Economia; Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade; Psicologia Organizacional; Sociologia Aplicada às Organizações; Ética, Sustentabilidade e Meio Ambiente; Legislação Social e Trabalhista I, Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II.

Também, nas seguintes disciplinas optativas: Contabilidade no Terceiro Setor e Contabilidade Social e Sustentabilidade.

Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (cursos de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social)

Não se aplica ao curso de Ciências Contábeis - Bacharelado.

Libras como disciplina (obrigatória para Licenciaturas e Fonoaudiologia / optativa para Bacharelados)

O curso oferta em disciplina optativa: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Conteúdos relacionados à formação na área de políticas públicas e gestão da educação, diversidades de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (cursos de Licenciatura)

Não se aplica ao curso de Ciências Contábeis - Bacharelado.

6. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO

Descrição

A política de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação, da Unicentro, constante em seu Projeto Institucional, é recepcionada pelo presente projeto, inspirada no preceito constitucional que dispõe a educação como direito de todos e objetiva o desenvolvimento pleno do cidadão, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

O processo de conhecimento-aprendizagem deve espelhar estreita harmonia em relação aos dispositivos constitucionais, objetivando a promoção e formação contínua de profissionais qualificados, comprometidos com a visão institucional, regional e social, em sua atuação perante a comunidade; promover a produção do conhecimento, perpassando o ensino na perspectiva de estendê-lo à sociedade; fortalecer as condições para o desenvolvimento da extensão, da valorização da cultura e das manifestações regionais investindo nas ações solidárias; implementando a prática de gestão corresponsável, criativa e adequada às necessidades de Universidade e da comunidade.

Na Universidade, o ensino e seus diferentes níveis, a pesquisa e a extensão devem ser vistos como indissociáveis e interdependentes. O ensino está presente na formação do pesquisador e nas atividades extensionistas da Universidade, a pesquisa

encontra na extensão e no próprio ensino, campos relevantes de investigação.

As atividades de extensão, por seu turno, aproximam os acadêmicos da realidade local e regional da área de abrangência da Universidade, subsidiando e fomentando os projetos de pesquisa e o desenvolvimento de novos conhecimentos. Neste sentido, o curso de Ciências Contábeis, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Campus de Irati, estimula seus docentes e discentes na proposição e execução de projetos de pesquisa e de extensão.

Complementarmente, há necessidade de criação do LEPCONT – Laboratório de Estudos e Pesquisa em Contabilidade, Planejamento e Desenvolvimento.

O Laboratório de Estudos e Pesquisa em Contabilidade, Planejamento e Desenvolvimento (LEPCONT), vinculado ao Departamento de Ciências Contábeis de Irati – DECIC/I, criado em 2017, tendo como finalidade o desenvolvimento de pesquisas aplicadas transdisciplinares que possuam como objeto de estudo: o desenvolvimento da contabilidade de forma global: pública e privada. Os projetos a serem desenvolvidos neste laboratório envolvem novas formas de interação de espaços e saberes com a preocupação da contabilidade em um contexto global, privado e o público, preocupados com o planejamento e o desenvolvimento regional.

O LEPCONT dá suporte as linhas de pesquisa: contabilidade como instrumento decisório na área pública e privada; e planejamento como ferramenta de avanço no processo de desenvolvimento local e regional.

O LEPCONT tem como objetivo promover projetos de pesquisa, debates, seminários e parcerias com outros grupos e instituições de pesquisas voltadas para o estudo da relação entre a contabilidade estratégica, o planejamento e o desenvolvimento público e privado, podendo reunir pesquisadores e profissionais da UNICENTRO e de outras universidades brasileiras e estrangeiras, com características de interdisciplinaridade. O LEPCONT atuará nas linhas de pesquisa: contábil, planejamento e desenvolvimento econômico e social público e privado.

As ações a serem desenvolvidas pelo LEPCONT tem como premissa o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação – Lei n. 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnologia no ambiente produtivo, com vistas à capacidade tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País, observando os seguintes princípios:

- promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégia para o desenvolvimento econômico e social;
- promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade;
- redução das desigualdades regionais;
- descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, com desconcentração em cada ente federado;
- promoção da cooperação e interação entres os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas;
- estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT's) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação

de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos no País;

- incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia;

- promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação;

- atratividade dos instrumentos de fomento e de crédito, bem como, sua permanente atualização e aperfeiçoamento;

- pesquisador público: ocupante de cargo público efetivo, civil ou militar, ou detentor de função ou emprego público que realize, como atribuição funcional, atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

7. INFRAESTRUTURA

7.1. RECURSOS HUMANOS

DADOS DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Nome: Prof.^a Marinês Taffarel

Qualificação profissional e acadêmica: Graduado em Ciências Contábeis (UNICENTRO), Mestre em Contabilidade (UFPR) e Doutor em Administração Estratégica (PUC-PR).

Regime de trabalho do coordenador do curso: RT 40 com TIDE

Atuação do coordenador do curso (representatividade em Conselhos Superiores, experiência profissional de magistério superior e de gestão acadêmica): Professor universitário do curso de Ciências Contábeis, da UNICENTRO, desde 2002. Exerce a função de Chefe do DECIC/I desde de Fevereiro de 2019.

Carga horária destinada à coordenação do curso: 20 horas semanais

QUADRO DE DOCENTES DO CURSO

Nome/Titulação/Área do *stricto sensu*/Ano de conclusão/Instituição:

Nome	Titulação	Área <i>stricto sensu</i>	Ano de conclusão	Instituição
ALESSANDRO LEPCHAK	Mestre	Ciências Sociais Aplicadas	2014	UFPR
ANA LEA MACOHON KLOSOWSKI	Doutor	Ciências Sociais Aplicadas	2021	UFPR
EDÉLCIO JOSÉ STROPARO	Doutor	Ciências Humanas	2017	PUC-PR
EDSON ROBERTO MACOHON	Doutor	Ciências Sociais Aplicadas	2015	FURB
FLÁVIO RIBEIRO	Doutor	Ciências Sociais Aplicadas	2019	UFPR
MARINÊS TAFFAREL	Doutor	Ciências Sociais Aplicadas	2015	PUC-PR
ROBERTO MARCOS NAVARRO	Mestre	Ciências Sociais Aplicadas	2013	UnC
TELMA REGINA STROPARO	Mestre	Ciências Sociais Aplicadas	2014	UnC
WILLSON GERIGK	Doutor	Ciências Sociais Aplicadas	2016	UFPR
YASKARA M. R. FEGERT	Mestre	Ciências Sociais Aplicadas	2001	USP
COLABORADORES				
ALMIR CLÉDYSON J. DA SILVA	Mestre	Ciências Sociais Aplicadas	2018	UFPR
ANDREA CRISTINA MARTINS	Doutor	Ciências Jurídicas	2017	UEPG
GELSON MENON	Mestre	Ciências Sociais Aplicadas	2018	UNICENTRO

JAIR KULITCH	Mestre	Ciências Sociais Aplicadas	2018	UNICURITIBA
LUCIANE JOSÉ DA LUZ ZAIAS	Mestre	Ciências Sociais Aplicadas	2019	UNICENTRO
MARÍNDIA BRITES	Doutor	Ciências Sociais Aplicadas	2021	UFPR
MARICLÉIA AP. LEITE NOVAK	Mestre	Ciências Sociais Aplicadas	2017	UNICENTRO
MÔNICA APARECIDA BORTOLOTTI	Doutor	Ciências Sociais Aplicadas	2019	UFPR
SILVANA PRZYBYZESKI	Mestre	Ciências Sociais Aplicadas	2018	UNICENTRO
ALEX CORREIA	Especialista	Ciências Sociais Aplicadas	2021	UNIDOMBOSCO
EDUARDO AARON CLAZER	Especialista	Ciências Sociais Aplicadas	2012	UNICENTRO
ELIZANDRA PETRIU GASPARELO	Especialista	Ciências Sociais Aplicadas	2014	UNICENTRO
JEAN LUCCA MENON	Especialista	Ciências Sociais Aplicadas	2020	UNYLEYA
VERONICA NAZARKEVICZ	Especialista	Ciências Sociais Aplicadas	2012	UNICENTRO

Necessidade de contratação com justificativa:

A carga horária para execução dessa matriz curricular é equivalente a carga horária já disponibilizada para a execução da matriz curricular anterior.

QUADRO DE AGENTES UNIVERSITÁRIOS DO CURSO

Nome/Titulação/Regime de trabalho:

O Departamento não conta com agente universitário.

7.2. RECURSOS FÍSICOS E ESTRUTURAIS

Descrição dos laboratórios de informática e especializados

1) LPC/DECIC/I – Sala 303

O Laboratório de Práticas e Pesquisa em Contabilidade – LPC-1, vinculado ao Departamento de Ciências Contábeis – DECIC/I, é empegado, especialmente, no desenvolvimento da carga horária prática das disciplinas do curso. Também é utilizado na promoção de seminários, mini-cursos, grupos de estudos e monitorias de natureza acadêmica sobre temas e problemas relacionados com a contabilidade e áreas afins. Além disso, é utilizado em atividades relacionadas à Iniciação Científica em que os alunos desenvolvem pesquisas individuais, sob orientação de seus tutores. O espaço físico conta com aproximadamente 70 m², o ambiente é composto por um quadro branco para pincel, um projetor multimídia e tela plana para projeção de conteúdos, uma escrivaninha e 20 ilhas de trabalho individuais, cada uma composta por mesa, cadeira e computador, todos ligados à internet, além de ventilação e iluminação adequadas, o ambiente dispõe ainda de internet wi-fi para uso de acadêmicos e docentes.

2) LPC/DECIC/I – Sala 202

O Laboratório de Práticas e Pesquisa em Contabilidade – LPC-2, vinculado ao Departamento de Ciências Contábeis – DECIC/I, é empegado, especialmente, no desenvolvimento da carga horária prática das disciplinas do curso. Além disso, é utilizado em atividades relacionadas à Iniciação Científica em que os alunos desenvolvem pesquisas individuais, sob orientação de seus tutores. O espaço físico conta com aproximadamente 35 m², o ambiente é composto por um quadro branco para

pinel, e 10 ilhas de trabalho individuais, cada uma composta por mesa, cadeira e computador, todos ligados à internet, além de ventilação e iluminação adequadas, o ambiente dispõe ainda de internet wi-fi para uso de acadêmicos e docentes.

Descrição das salas de atendimento dos professores

O DECIC/I conta com 3 (três) salas para realizar atendimento aos acadêmicos, todas com 20m². Duas delas possuem mesas individuais de atendimentos, 4 no total; e 1 sala com mesa de reunião com oito cadeiras.

Descrição das salas de chefia/coordenação

A coordenação do curso possui duas salas de 20m², uma usada para secretaria do curso que está equipada com duas escrivaninhas, dois armários, computador e impressora. A outra é utilizada pela chefia e vice-chefia do curso e possui duas escrivaninhas, duas mesas para computadores, dois computadores e dois armários.

Descrição das salas de aula

O curso de Ciências Contábeis utiliza 4 (quatro) salas de aulas, 3 delas equipadas com carteira e cadeiras para 50 acadêmicos e 1 com mesas e cadeiras que acomodam 40 acadêmicos. Todas possuem quadro de giz, projetor multimídia, tela plana para projeção de conteúdos e escrivaninha e cadeira para o professor.

Descrição da Biblioteca

O curso de Ciências Contábeis, conta, especialmente, com as Bibliotecas do *Campus* de Irati e do *Campus* Avançado de Prudentópolis. A qual possui um acervo de 25.227 títulos de livros, 7.138 exemplares de periódicos, 217 teses e 829 dissertações. Na área específica das Ciências Sociais Aplicadas são 4.499 títulos de livros e 1.119 exemplares de periódicos. Na Tabela 1 e 2 constam os acervos de livros de Irati e de Prudentópolis vinculados ao curso.

Tabela 1 – Biblioteca do *Campus* de IRATI

Acervo de Livros	Títulos	Exemplares
Administração	1239	1885
Contabilidade	416	796
Economia	556	692
Administração Pública	413	986
Estatística (Introdução)	48	85
Metodologia Científica	154	329

Fonte: UNICENTRO (2017).

Tabela 2 – Biblioteca do *Campus* Avançado de PRUDENTÓPOLIS

Acervo de Livros	Títulos	Exemplares
Administração	436	624
Contabilidade	155	358
Economia	46	63
Administração Pública	401	965
Estatística (Introdução)	9	23
Metodologia Científica	56	95

Fonte: UNICENTRO (2017).

Também, contará com apoio das demais bibliotecas da UNICENTRO, sediadas nos *Campi* Santa Cruz e Cedeteg da cidade de Guarapuava, bem como das instaladas nos *campi* avançados de Pitanga, Laranjeiras do Sul e Chopinzinho. Todas interligadas por um sistema de buscas e empréstimos que garantem ao aluno acesso à totalidade

do acervo disponível na universidade.

As Bibliotecas da UNICENTRO possuem, na área de Ciências Sociais Aplicadas, 17.308 Títulos de Livros e 7.201 Exemplares de Periódicos.

Espaços Físicos para Estudos

a) Biblioteca do *Campus* de Irati - área construída – 736,62m²

Horário de Funcionamento

Irati: 8h às 22h

Nos *Campi* Avançados: 19h às 22h 30min

Pessoal Técnico-Administrativo

O pessoal técnico-administrativo responsável pelo atendimento dos alunos, nas bibliotecas da UNICENTRO, é distribuído entre funcionários efetivos e estagiários. Em Irati há 2 funcionários e 9 estagiários.

Serviços Oferecidos

As bibliotecas da UNICENTRO disponibilizam os seguintes serviços: acesso ao acervo através do sistema PHL, disponível na Internet (<http://unicentro.phlnet.com.br>), com possibilidade de renovação e reserva online, além de consulta a todas as bases de dados existentes (livros, periódicos, cd's, dentre outros materiais). Em geral, o tempo máximo para o aluno ter acesso aos materiais bibliográficos que se encontram disponíveis em uma das bibliotecas da UNICENTRO é de três dias após a solicitação.

Também temos o repositório de Teses e Dissertações produzidas na UNICENTRO, no endereço <http://tede.unicentro.br/>. Demais serviços: empréstimo domiciliar, empréstimo entre bibliotecas, serviços de alerta, assistência e instrução no uso da biblioteca, confecção de fichas catalográficas para livros e trabalhos acadêmicos, comutação bibliográfica, acesso às bases *Scopus* e *Science Direct* do portal da CAPES.

Acesso à Internet wi-fi; Atendimento aos leitores; Orientações a solicitações ao COMUT; Catalogação na fonte (Ficha Catalográfica); Catálogo on-line; Reserva on-line; Empréstimo domiciliar; Empréstimos entre bibliotecas; Espaço de leitura; Espaço para trabalho em grupo; Serviço de Referência Virtual (SRV) e Serviço de circulação de materiais informatizados.

Formas de Atualização do Acervo

O acervo das bibliotecas da UNICENTRO é atualizado por meio de compras provenientes de solicitações de departamentos pedagógicos; sugestão dos usuários (com o valor arrecadado de multas); doações da comunidade acadêmica; doações oriundas de financiamento de projetos de pesquisa; pagamentos de multas em livros.

Dispositivos de Segurança

Estão implantados, na Biblioteca Cedeteg, Santa Cruz e Irati, o sistema de segurança da empresa MULTISYSTEMS, baseado em antenas e etiquetas magnetizadas protetoras.

7.3. ATENÇÃO AOS DISCENTES E DOCENTES

Ações de atendimento aos discentes e docentes do curso:

Em relação aos discentes, o curso de Ciências Contábeis, utilizará os meios institucionais para essa finalidade, contando com as ações da Coordenadoria de Apoio ao Estudante (COORAE).

A Coordenadoria de Apoio ao Estudante (COORAE) destina-se aos acadêmicos da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro, com a finalidade de propiciar aos estudantes condições para o acesso e permanência no ensino superior. Busca, ainda, por meio do desenvolvimento de ações multiprofissionais, contribuir para redução da evasão ocasionada por fatores relacionados à desigualdade e à exclusão social.

A divisão de Apoio ao Estudante do *Campus* de Irati, oferece os seguintes serviços aos discentes.

ATENDIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL(*): Este serviço tem por objetivo viabilizar os direitos dos usuários e seu acesso as políticas sociais. Assim, o trabalho social se constitui pelo acolhimento, escuta e orientação, sendo que nesta modalidade realizamos o atendimento inicial dos estudantes no apoio para o acesso aos serviços e demais benefícios vigentes nesta Universidade.

SERVIÇO DE APOIO PSICOLÓGICO – SAP(*): Consiste em oferecer atividades como escuta, acolhimento, orientação e aconselhamento psicológico, visitas domiciliares quando necessário, promoção de atividades preventivas em saúde mental e encaminhamentos para serviços existentes na Unicentro e/ou demais equipamentos no município.

(*) Ambos serviços podem ser procurados espontaneamente ou por meio de encaminhamentos feitos pelos setores ou departamentos da Universidade. Os atendimentos acontecem quinzenalmente às quartas-feiras, mediante agendamento prévio na secretária das Clínicas de Psicologia e Fonoaudiologia. Ambos os serviços são prestados em um espaço físico adequado, com garantia do sigilo e seguindo as premissas éticas dos respectivos conselhos profissionais.

PROGRAMA DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE – PIA: O Programa de Inclusão e Acessibilidade – PIA, tem por finalidade estabelecer e implementar políticas institucionais destinadas aos acadêmicos, docentes, agentes universitários e estagiários da Unicentro com deficiências, visando a eliminação de barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e profissional. São atendidas pelo PIA, em suas relações com os processos de ensino e aprendizagem e funcionais, as pessoas que apresentem dificuldades (transitórias ou permanentes), que demandem atenção específica.

8. ANEXOS

Regulamentos específicos necessários à fundamentação e operacionalização do curso, dentre outros julgados necessários para a compreensão deste, quando aplicáveis, tais como:

- Regulamento do Estágio Supervisionado - Resolução nº 9-CONSET-SESA/I-UNICENTRO, de 9 de março de 2018 (com alterações).
- Regulamento das Atividades Acadêmicas Complementares, AAC - Resolução nº 31-CONSET-SESA/I-UNICENTRO, de 16 de dezembro de 2018.
- Regulamento da Curricularização da Extensão - Resolução nº 34-CONSET-SESA/I-UNICENTRO, de 28 de outubro de 2021.